



OUTRO FUTURO É POSSÍVEL

Textos produzidos a partir dos grupos
temáticos do Fórum Social Temático



OUTRO FUTURO
É POSSÍVEL

Apresentação | 5

Introdução

1. Economia Verde, disputa de paradigmas e a Rio+20 | 7

Parte I

Fundamentos éticos, filosóficos e culturais

2. Subjetividade, dominação e emancipação | 9
3. Os fundamentos éticos para uma nova civilização | 10
4. A educação que queremos e a complexidade do presente | 11
5. O conhecimento científico deve ser desprivatizado e reorganizado | 12
6. Afirmar os conhecimentos ancestrais das populações indígenas e dos povos | 14

Parte II

Produção, distribuição e consumo: riqueza, Comuns e economia de transição

7. A crise do capitalismo é uma crise de civilização | 15
8. A Economia Verde pretende lançar uma nova fase de expansão capitalista | 16
9. Extrativismo e energia: duas dimensões do projeto de economia verde | 17
10. Promover a agricultura e a pesca sustentável, social e solidária | 19
11. Empregos climáticos já! | 21
12. Por um consumo responsável, justo e sustentável | 23
13. Iniciativas de transição para uma nova economia justa, sustentável e solidária | 25
14. Os Comuns: rumo à outra lógica econômica, social e cultural | 26

Parte III

Direitos e poder: povos, territórios e defesa da Mãe Terra

15. Defender os direitos em risco | 28
16. Os direitos da Mãe Terra abrem o caminho rumo a uma nova civilização | 29
17. Combater as mudanças climáticas agora | 30
18. Recuperar o direito à água e a seu uso sustentável e equitativo | 32
19. A saúde é um direito e não pode ser fonte de lucro | 32
20. A construção de cidades sustentáveis | 33
21. Os emigrantes devem ser cidadãos do século XXI | 35
22. As organizações e redes da sociedade civil | 36
23. Uma governança e uma arquitetura mundial de poder justa e democrática | 37

Apresentação

Denominamos este caderno de “Outro Futuro é Possível!” em contraposição ao documento proposto pelos negociadores da ONU para a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), “O Futuro que Queremos”, de cujos fundamentos discordamos.

Ele consolida muitos dos documentos produzidos a partir dos trabalhos realizados por mais de duas dezenas de Grupos Temáticos do “Fórum Social Temático, Crise Capitalista Justiça Social e Ambiental”, preparatório para a Cúpula dos Povos da Rio+20, ocorrido em Porto Alegre em janeiro deste ano.

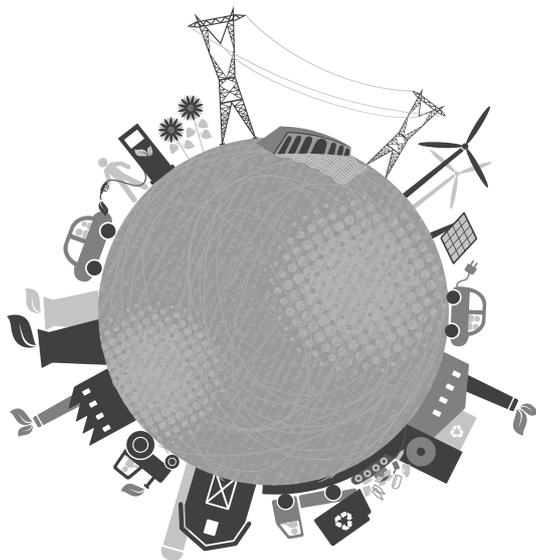
Com o intuito de acolher a multiplicidade de experiências e contribuições dos diversos sujeitos que lutam por outro modelo de sociedade, alicerçado na justiça social e ambiental, os Grupos Temáticos dialogaram com milhares de ativistas sobre temas mobilizadores relacionados à agenda da sustentabilidade e da justiça social e ambiental, capazes de estabelecer conexões e aprofundar reflexões para a construção de paradigmas alternativos.

Reunidos depois de outubro de 2011, os Grupos buscaram estabelecer um processo que ajudasse a fortalecer a atuação da sociedade civil na Cúpula dos Povos na Rio+20, respeitando o tempo de elaboração de cada grupo-tema e viabilizando discussões e formulações coletivas prévias a realização do Fórum Social Temático. E, ainda, que possam ser sementes para processos futuros este trabalho foi aprofundado no próprio Fórum e, em alguns casos, teve seguimento após ele.

A consolidação de documentos aqui reunida integra alguns dos textos elaborados por meio da Plataforma de Diálogos eletrônica (<http://dialogos2012.org/>), de livre acesso. Seu processo de produção contou com três momentos presenciais. Um primeiro foi a preparação e desenho do processo do Fórum Social Temático, em Porto Alegre, em outubro de 2011. Um segundo foi o encontro dos grupos de trabalho, no próprio Fórum, para fechamento dos documentos e sínteses da maioria dos grupos, novamente em Porto Alegre, janeiro de 2012; nesta ocasião, @s facilitador@s escolhidos por cada grupo temático começaram a trabalhar em uma primeira sistematização que pudesse ser divulgada mais amplamente. Um último momento foi um encontro, ocorrido no Rio de Janeiro, em maio de 2012, do coletivo d@s facilitadores dos Grupos Temáticos para consolidar temas chaves e o documento de conjunto, a partir dos subsídios.

O seminário d@s facilitadores produziu quatro textos de síntese que estão integrados neste caderno, mas que também estão circulando em separata. Como muit@s dos envolvidos na facilitação dos grupos também tinham participado da Cúpula dos Povos de Cochabamba, recuperou-se partes de textos produzidos nesse processo (e também em um encontro preparatório da Cúpula dos Povos da Rio+20 ocorrido em Johannesburg, sobre empregos climáticos).

Consideramos este documento, escrito por inúmeras mãos, mas cuja responsabilidade final é exclusivamente do coletivo de facilitadores dos grupos temáticos do Fórum, como uma contribuição ao debate da Cúpula dos Povos e a tod@s interessad@s. Trata-se de uma fotografia do momento presente, ainda inicial, de um processo largo de reflexão, formulação e organização de tod@s que lutam pela construção de um novo paradigma de organização social, econômica e política, partindo das experiências reais e de nossos sonhos de outro mundo possível. Ele trabalha assim, em toda sua extensão, com uma dialética permanente entre iniciativas e propostas imediatas, para disputas nos marcos estabelecidos, e definição de horizontes de transição, que superam a lógica hoje dominante e apontam para outra civilização.



Introdução

1. Economia Verde, disputa de paradigmas e a Rio+20

De acordo com os documentos oficiais, a Cúpula dos governos da Rio+20 foi convocada com a finalidade de dar resposta aos múltiplos problemas que atualmente a humanidade enfrenta, principalmente a severa crise ambiental, a pobreza generalizada e a crise econômica global. No entanto, em vez de indagar sobre as causas estruturais dessas crises, isto é, o padrão civilizatório capitalista e produtivista dominante, afirmam que é possível “resolver” essas múltiplas crises a partir das mesmas lógicas mercantis e dos mesmos padrões científico/tecnológicos e produtivos que nos levaram à situação atual. É evidente que, com mais do mesmo, o único resultado é o aprofundamento dessas crises.

Essa Cúpula deveria ter sido convocada para enfrentar os profundos desequilíbrios existentes entre os seres humanos e a natureza, provocados pelo sistema capitalista e produtivista, pelas crenças dogmáticas na possibilidade de um crescimento econômico sem limites e pelo antropocentrismo que pretendeu colocar o ser humano como padrão e senhor de todo o planeta. Para enfrentar essas múltiplas crises, é indispensável, entre outras coisas, realizar um balanço crítico do ocorrido durante os últimos vinte anos, desde a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Em vez disso, propõem “olhar para frente” a fim de complementar e renovar o esgotado e enganador desenvolvimento sustentável com um novo dispositivo político-conceitual que denominam Economia Verde. Esse é um termo enganador, que busca aproveitar-se da identificação que normalmente se estabelece entre o verde e uma economia mais ecológica, com o intuito de ocultar a verdadeira agenda que existe por detrás desse conceito.

Na realidade, o que se pretende com esta Economia Verde corporativa é aprofundar a mercantilização, a privatização e a financeirização da natureza e de suas funções. É a reafirmação do total controle da economia sobre o conjunto da biosfera. Com um termo aparentemente tão inócuo como Economia Verde, pretendem submeter os ciclos vitais da natureza às regras do mercado e ao domínio da tecnologia.

Levando a lógica do neoliberalismo a seus limites, argumentam que o principal motivo pelo qual nos encontramos na atual crise ambiental é porque uma grande proporção dos elementos fundamentais do planeta não tem dono e, portanto, não há quem cuide deles. Para isso, a solução consistiria em outorgar um preço a cada um dos elementos, aos processos e aos chamados “serviços” da natureza. Uma vez atribuído um preço, isso permitiria a emissão de novos bônus que possam ser negociados nos mercados financeiros internacionais. Para avançar com essa “Economia Verde”, desenvolvem os mercados de carbono e de serviços ambientais e, em particular, os programas REDD (Redução de



Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), aos que se pretende ampliar para incluir toda a biodiversidade, a agricultura e a água. Isto traz consigo a destruição das formas de vida indígenas, camponesas e tradicionais e representa, de fato, a expropriação de seus territórios, mesmo que eles mantenham formalmente seus “títulos de propriedade”.

Trata-se de um novo confinamento privado dos Comuns, das funções da natureza. Elas deveriam ser apropriadas da mesma maneira como o capitalismo, desde seu início, apropriou-se do trabalho humano para seu processo de acumulação e expansão.

Com tudo isso se pretende colocar o futuro do planeta nas mãos dos bancos e dos operadores financeiros, nas mãos, justamente, dos principais responsáveis pela profunda crise financeira que criou milhões de novos desempregados, expulsou milhões de famílias de suas casas, roubou as poupanças e as pensões dos trabalhadores do mundo todo e aprofundou as obscenas desigualdades que caracterizam a globalização neoliberal.

Com o mesmo padrão científico tecnológico de domínio, submissão e exploração da natureza, que levou a que se ultrapassasse a capacidade regenerativa do planeta, pretendem afirmar e introduzir tecnologias de alto risco como nanotecnologia, biologia sintética, geoengenharia, energia nuclear, que aprofundam esses processos de apropriação. Além disso, elas são apresentadas como “soluções tecnológicas” para os limites ecológicos do planeta, tentando criar uma “natureza artificial”, e também como a “solução” aos múltiplos desastres com que confrontamos. Dessa maneira não seria preciso modificar as causas que os provocam.

Conscientes de que é difícil acreditar nessa propaganda, o novo eufemismo de “Economia Verde” requer outros complementos; então, nos apresentam: “Economia Verde inclusiva”, “duplamente verde” e outras falácias semelhantes.

Os Estados das economias emergentes e outros Estados do Sul, ao invés de fazerem justiça social, redistribuindo a riqueza, estabelecendo uma relação menos predatória com a natureza e enfrentando a acumulação capitalista e o luxo escandaloso, acreditam encontrar uma solução no chamado crescimento verde que alimenta o mito do desenvolvimento e do crescimento interminável.

Essas negociações permitem constatar, uma vez mais, como o sistema das Nações Unidas e todo o processo da Rio+20 está sendo crescentemente controlado pelas corporações e pelos bancos transnacionais, que serão os principais beneficiários dessa “Economia Verde”.

É inadmissível que se pretenda criar uma nova estrutura de gestão global desta Economia Verde corporativa. A criação deste novo “marco institucional” é um dos principais objetivos da Conferência das Nações Unidas. Pretendem que o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que vem sendo o principal promotor da mercantilização da natureza através de sua Iniciativa de Economia Verde, converta-se em uma nova agência das Nações Unidas com a responsabilidade da “governança ambiental global”.

Face a isso, não é possível trabalhar com ajustes pontuais, com reformas por dentro desse projeto. O documento proposto pela ONU para a Rio+20 deve ser rejeitado a partir de suas bases. As dramáticas crises que afligem hoje a humanidade e o planeta demandam respostas de uma qualidade muito diferente daquelas oferecidas pelos governos e pelo Sistema ONU, demandam um paradigma alternativo de civilização. É para a formulação desse paradigma e da articulação política que dê lugar a uma plataforma de transição na direção de Outro futuro possível que apresentamos as contribuições a seguir.



Parte I.

fundamentos éticos, filosóficos e culturais

2. Subjetividade, dominação e emancipação

O momento da Conferência Rio+20 constitui uma oportunidade única para construirmos um entendimento comum das múltiplas e profundas transformações por que passam hoje nossas sociedades e, para debater as linhas de força e as propostas que apontam para a tarefa necessária de “reinventar o mundo” – deslançando uma transição inédita, real e urgente rumo a um mundo justo e sustentável. Os povos e a comunidade mundial demandam um novo paradigma de organização social, econômica e política, capaz de avançar na justiça social, dar continuidade ao destino da humanidade e garantir sustentabilidade à vida e ao planeta.

Não há solução para os dilemas societários fora das lutas sociais e das grandes disputas políticas. Mas esta visão, que orientou a quase totalidade das mobilizações progressistas da história, não é suficiente. O capitalismo é muito mais que um modo de produção, é uma lógica social e política que se irradia por todo o corpo social, é uma forma totalizante de civilização, com enorme capacidade de multiplicação. O sistema socioeconômico vigente está assim não só estruturado em instituições e centros de poder, mas também internalizado em boa parte das populações como dominação, ideologia ou “servidão voluntária”.

Emancipação, libertação, eliminação de todas as formas de exploração e opressão são objetivos que os movimentos progressistas se propõem alcançar, socialistas ou de esquerda com força cada vez maior ao longo dos últimos séculos. Mas retomar hoje esses objetivos requer muito mais do que reavivar os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” ou de eliminação da exploração do trabalho pelo capital. Requer questionar as bases sobre as quais se assentou a modernidade, o capitalismo e a dominação europeia do mundo, requer uma revolução mental que abale a infraestrutura intelectual compartilhada não só pelas elites capitalistas, mas também por boa parte dos movimentos que procuraram até hoje combatê-las. Requer questionar o Antropocentrismo que considera que o conjunto da Terra está à disposição dos seres humanos. A espécie humana foi a única que, por seus conhecimentos, foi superando os limites ecológicos e expandido exponencialmente sua população; mas esse processo não pode continuar e a humanidade deve assumir uma nova responsabilidade ética e o cuidado não somente para com as gerações futuras, mas também para com o conjunto da vida no planeta.

Mas para isso precisamos modificar a nós mesmos no processo: as instituições se reproduzem nos indivíduos e são eles que mantêm estas estruturas funcionando. Não é possível empreender a transição que a humanidade e o planeta demandam mantendo o consumismo como ideal de felicidade e um modo de vida baseado na exclusão, na competição, no egoísmo, no produtivismo, no industrialismo e na destruição dos fluxos

vitais para a vida no planeta. Os “educadores” também devem ser educados e a pedagogia para isso é sua atividade prática em lutas reais, massivas e exemplares.

Múltiplas dimensões do que pode e deve ser uma nova subjetividade vem sendo forjados nestas lutas anti-sistêmicas e devem ser tematizadas conscientemente, se quisermos apresentar uma alternativa dotada de credibilidade. Devem ser debatidas e sistematizadas como valores, formas de conhecimentos, visões de mundo e cultura contra-hegemônica.



3. Os fundamentos éticos para uma nova civilização

Pensar as bases de uma nova civilização e o árduo processo de desarme e reconstrução social da cultura, da economia e do poder que isto implica se tornou um imperativo ético para a humanidade. A vida, em toda sua forma, tem o direito fundamental de existir, assim como os complexos sistemas ecológicos que integram o planeta Terra.

Trata-se, por isso, de desarticular os conhecidos modelos de pensamentos para a ação, que já se converteram em parte do senso comum e que, por isso mesmo, são pilares da civilização capitalista industrial, produtivista, consumista e excludente que organiza a sociedade. Precisamos recompor os fundamentos filosóficos e éticos da civilização humana para que a sustentabilidade de todos - sem exclusões, entre gerações - e de toda a vida, passem a ser a regra e não a exceção.

Um elemento central reside no fato de que a civilização humana deve renunciar ao antropocentrismo como filosofia, ética e religião, e mudar radicalmente sua visão e sua reação com a natureza, privilegiando uma ética da Integridade da Vida e do Planeta. Isto implica desativar a acumulação de riqueza material atual e o mito do desenvolvimento e do crescimento desenfreado. Em seu lugar propor uma questão ética central: como abandonar valores e um estilo de vida do “ter mais”, para dar lugar ao “ser mais”, mais feliz, mais consciente das responsabilidades de gerar a integridade de base natural, compartilhando entre tod@s e com as gerações futuras?

É impossível pensar a sustentabilidade sem o princípio e o valor ético do cuidado, da convivência e do compartilhar. No entanto, se levou adiante o empreendimento colonial da conquista de povos e de seus territórios, a ocupação da atmosfera pelas emissões de carbono e a criação de sementes transgênicas, destruindo a biodiversidade existente. Preservar a vida e a biodiversidade é sinônimo de cuidar e, ao mesmo tempo, de estabelecer condições para a convivência e o compartilhar. Temos que resgatar o cuidado como princípio de desprivatização da família e da dominação machista que existe dentro dela, edificando ao mesmo tempo o princípio do cuidado como elemento central do poder e da nova economia. Essa última tem que conceber-se como uma simbiose da vida humana com a natureza, e a importância dos territórios como forma de organização e compartilhamento segundo suas potencialidades, numa perspectiva do local ao global. A economia sustentável somente é possível se estiver baseada neste cuidado, no uso que não destrói nem gera detrito, e sim que renova e regenera, prolongando a vida útil dos bens materiais.

A prioridade do cuidado remete à conscientização atual do imperativo da equidade, e da ameaça que representam a exclusão social, a pobreza e as distintas formas de desigualdade e injustiça social neste contexto de crise civilizatória. Nunca a humanidade foi tão desigual como no contexto atual de extrema exclusão e de insuportável miséria, e nunca esta verdade de luta por justiça e igualdade foi tão evidente. Para enfrentá-las, é fundamental abordar a destruição ambiental e a injustiça que ela encerra. Ambas sucedem em interpretação e requalificam de maneira radical as lutas sociais de nosso tempo. A essas duas caras da

relação política de igualdade se referem os direitos humanos, bem como os Comuns. Para gozar de direitos é necessário, ao mesmo tempo, ser responsável pelo direito de todos os demais. Trata-se de uma reação compartilhada e, como tal, de co-responsabilidade, fundamentada no reconhecimento da interdependência ecológica e social da vida e do planeta. Esse tema é essencial para integração já que a crescente tomada de consciência dos direitos e responsabilidades humanas, tanto nas sociedades como em relação à biosfera, põe em foco a questão fundamental da interdependência do plano local e territorial com o planetário.

Uma nova civilização – que podemos denominar uma biocivilização – tem que se sustentar complementarmente sobre uma ética de paz, de democracia e de diversidade cultural. Uma cultura vibrante é uma cultura diversa, não a homogeneidade imposta pela atual globalização esmagadora. Através da cultura se geram individualidades, como também se afirma a humanidade comum e floresce a diversidade cultural, condição para a existência da humanidade na interação com a natureza. É mediante a cultura diversificada, que valoriza o potencial da gente que a constitui, que é possível fortalecer a sustentabilidade da vida e do planeta. Os imperialismos, os nacionalismos, as guerras e a violência internalizada são os pontos de apoio do capitalismo e sua civilização industrial, produtivista e consumista, que se alimenta de conquistas, de exploração, da desigualdade e da exclusão social em escala global e do uso intensivo dos recursos naturais. A paz é uma condição ética e política estratégica, indispensável para uma sustentabilidade que dê lugar a todas as formas de vida.

Toda ação e seus fins se baseiam na ética. Tanto a condição iniludível da paz como a democracia são os elementos transformadores rumo à civilização que almejamos. A democracia é guiada pelos princípios e valores éticos da liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação, todos juntos e ao mesmo tempo. O método democrático pode transformar tudo o que se afirmou anteriormente como fundamentos civilizatórios em uma utopia possível, potenciando o surgimento de uma nova arquitetura de poder, do local ao mundial.

4. A educação que queremos e a complexidade do presente

A crise global é também uma crise de educação – assumida como educação ao longo da vida – de seu conteúdo e seu sentido, pois gradualmente deixou de conceber-se como um direito humano e se converteu em um meio privilegiado para satisfazer as necessidades dos mercados, demandantes de mão de obra para a produção e o consumo. Não somente se abandonou a formação de pessoas capazes de pensar os importantes problemas políticos, ambientais, econômicos e sociais de ordem global, como também a Educação vem sendo despojada de seu profundo conteúdo político e, particularmente, de seu potencial para formar cidadãos e cidadãs capazes de pensar uma ordem econômica e social diferente, de superar o complexo de profundas crises que vivemos.

Resulta fundamental repensar os fins e práticas da educação no contexto da disputa de sentidos, caracterizado pela subordinação majoritária das políticas públicas ao paradigma das necessidades humanas e, em sentido contrário, pela emergência deste movimento social, de paradigmas alternativos que buscam restituir o caráter de direito e de projetos éticos e políticos na prática educativa. Neste sentido, é urgente resgatar a noção de Educação como direito humano, em suas dimensões formais e informais, abrir o horizonte à democratização das sociedades para formar cidadanias críticas, capazes de vincular-se a movimentos que reclamem uma transformação à ordem social, visando a uma maior justiça social e ambiental, com a intenção de entender e discutir soluções aos problemas de escala planetária.

O desenvolvimento de uma “subjetividade” crítica é um aspecto central na construção de uma pedagogia cidadã na atual conjuntura. Trata-se de restabelecer um sentido emancipador dos processos de empoderamento, entendidos como o desenvolvimento de recursos da comunidade para fazer política, gerar conhecimentos, potenciar os saberes e aprendizagens que se produzem nas lutas democráticas, e que necessitam lideranças inclusivas, organizações participativas, alianças com organizações democráticas da sociedade civil e a permanente e necessária “ponderação radical-pragmática” (inédito-possível, diria



Paulo Freire) nas definições de acordos, consensos e associatividade entre a diversidade de atores que participam da política.

Tudo isto implica um giro político e cognitivo, uma mudança paradigmática na maneira de entender a educação, uma abertura a novos pontos de vista sobre as finalidades sociais, como os do bem-viver, o dos Comuns, o da ética do cuidado, entre outros, sobre os quais se deve abrir um grande espaço de discussão e socialização na Rio+20 e mais além, afirmados no sentido de uma educação para uma mudança e a transformação pessoal e social.

Esses novos paradigmas e pontos de vista não somente devem ser mapas para mover-se nos novos contextos, mas também conteúdo para as finalidades que buscamos como movimento cidadão capaz de envolver aos distintos atores do processo educativo, como as trabalhadoras e trabalhadores de ensino, @s estudantes, os pais e as mães de família, e mais amplamente a todas e todos os cidadãos que precisam e lutam por uma mudança profunda na educação, para gerar uma mudança radical na sociedade rumo a uma maior justiça social e ambiental. Tudo isso é consistente com a concepção libertadora da educação popular, que se alimenta de múltiplas experiências pedagógicas para formar outra cidadania.

A mudança paradigmática na educação – como condição para avançar rumo às sociedades sustentáveis, com justiça social e ambiental, onde a economia seja um meio para isso e não um fim em si mesma – deve supor uma mudança nos enfoques tecnicistas e economicistas das políticas educativas vigentes. É preciso reivindicar o direito a aprender “durante toda a vida”, consigna que não deve ser entendida como a expressão de um tipo de capacitação permanente para satisfazer as necessidades dos mercados e as demandas das velhas e novas indústrias.

Esta aproximação sobre a educação que queremos, parte de construir múltiplas “educações” em suas dimensões formal e informal, para desenvolver capacidades humanas, incluindo as capacidades cognitivas e de participação social, de conviver com outr@s na diversidade e na diferença, de cuidar e planificar a própria vida, de conviver entre seres humanos em harmonia com o meio ambiente.

Uma educação pertinente, relevante, transformadora, crítica, deve ter como fim máximo a promoção da dignidade humana e a justiça social e ambiental. A educação, direito humano promotor dos demais direitos, deve incluir crianças, jovens e pessoas adultas como sujeitos do direito, promover a interculturalidade, a igualdade, a equidade de gênero, o nexos entre cidadania e democracia, o cuidado e relação harmônica com a natureza, a eliminação de toda forma de discriminação, a promoção da justiça e a construção de uma cultura de paz e de resolução não violenta dos conflitos.

A educação que queremos, requer promover estrategicamente uma educação que contribua para uma redistribuição social dos conhecimentos e do poder (levando em conta o gênero, a raça-etnia, a idade, a orientação sexual), que potencialize o sentido de autonomia, solidariedade e diversidade que expressam os novos movimentos sociais. Trata-se de promover uma educação crítica e transformadora que respeite os direitos humanos e os de toda a comunidade de vida a que pertence o ser humano, que promova especificamente o direito à participação cidadã nos espaços de tomada de decisões.



5. O conhecimento científico deve ser desprivatizado e reorganizado

A humanidade vem conhecendo uma das maiores fases de inovações tecno-científicas da sua história, que repercute fortemente sobre a Terra; não apenas entramos em uma nova era geológica, o “Antropoceno”, em que a humanidade é responsável por modificações essenciais da face do planeta, como no se interior ingressamos em uma fase de “Grande Aceleração”. Mas, enquanto alguns falam de uma “era” ou “economia” da “informação” ou do “conhecimento”, vem ocorrendo uma devastação sem precedentes dos conhecimentos indígenas, camponeses e populares sobre o território, solo, clima, os ecossistemas, a biodiversidade, agricultura sustentável, as habilidades e práticas comuns – a tal nível que se pode dizer que nossa geração será a primeira na trajetória da humanidade que perdeu mais conhecimento do que adquiriu. Compreender e oferecer uma resposta para esse problema é, hoje, um desafio-chave para a mudança social.

A ciência moderna desenvolveu-se buscando tanto um entendimento abrangente e verificável da realidade como o controle das forças da natureza. Tratava-se de desvendar suas leis, possibilitando previsão, manipulação e controle e reduzindo o papel do acaso na existência, mas também de colocar o ser humano em uma posição de comando na dualidade ontológica agora estabelecida entre natureza

e cultura. Essa simbiose entre conhecimento e controle, que se identifica com a expansão europeia no mundo, gerou tanto as riquezas da modernidade como as catástrofes e destruição levadas a cabo em nome da ideologia do progresso e da crença no desenvolvimento ilimitado das forças produtivas como caminho para a emancipação humana. Ela produziu a desqualificação das demais formas de conhecimento e saberes ancestrais e foi instrumentalizada, apropriada e cada vez mais modelada pelo capital até colocar-se no coração da economia contemporânea como fonte essencial de lucro e crescimento.

Os cientistas (e a ciência) não podem se furtar de perguntar que valores almejam para guiar sua atividade e como eles afetam seus processos cognitivos. Serão aqueles que descontextualizam as estratégias de pesquisa e colocam a ciência, apresentada como neutra do ponto de vista axiológico e guiada pelo ethos comercial, como coração da tecnociência capitalista? Ou aqueles que alertam para que as potencialidades regenerativas da natureza não sejam solapadas e que o bem-estar de tod@s, em todos os lugares, possa se ampliado? Serão aqueles que respondem a uma vocação prometéica ou fáustica de empoderamento da humanidade sobre a natureza, cujo paroxismo são as armas nucleares e as propostas de geoengenharia? Ou aqueles que apontam para um auto-controle por parte da humanidade na utilização de seu crescente poder potencial e para a necessidade de respeitar os frágeis ciclos da Terra e as complexas dinâmicas dos ecossistemas frente a ameaça constituída pela própria humanidade? A ciência é um padrão de conhecimento eurocêntrico que se alicerça no pressuposto de que se deve conhecer para se transformar e submeter, um padrão de conhecimento indelevelmente antropocêntrico e patriarcal, avesso à democracia e tecnocrático, porque fundado na separação entre os que conhecem e os que não conhecem? Ou a ciência é portadora de valores cognitivos úteis para compreendermos a Terra e sua dinâmica, valores que ainda carregam um potencial emancipatório e são importantes para o estabelecimento de uma sociedade sustentável?

Essas não são questões apenas epistemológicas e éticas, mas sociais, políticas e culturais, que definem o modo como a ciência opera na nossa civilização, como ela é apropriada pelos atores sociais e como ela teria que ser reorganizada sob bases radicalmente novas em um mundo justo e duradouro, coexistindo e dialogando com outras formas de conhecimento hoje desqualificadas. Elas exigem a abertura de um amplo debate nas comunidades científicas, mas também nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil, favorecendo uma nova lógica de apropriação das múltiplas formas de conhecimento pela humanidade. Deste debate devem emergir rapidamente imagens concretas e exemplos de projetos de pesquisa factíveis e alternativos capazes de dar sustância – em interação com outras formas de conhecimento – para essa nova lógica necessária a investigação científica.

Isso é mais urgente do que nunca. A Rio 92 difundiu a discussão sobre o princípio de precaução e sobre a necessidade de se avaliar amplamente as tecnologias, mas desde então as capacidades de monitorar tecnologias vem sendo derrubadas. Ao mesmo tempo, logo depois veio à luz o acordo de formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e seu Tratado Relativo à Propriedade Intelectual e Similares (TRIPS), que introduziu os direitos de propriedade e patentes sobre formas de vida em larga escala. Além disso, na própria Rio 92 a biodiversidade foi considerada, pela primeira vez na história, um “recurso” pela Convenção de Diversidade Biológica. Cresce, assim, a mercantilização da ciência e do conhecimento, e os frutos da ciência pública são sistematicamente patenteados por corporações globais. Os países e indústrias que provocam a mudança climática anunciam agora que se deve controlar o termostato global com soluções tecnológicas, manipulando o clima com geoengenharia e estendendo o controle sobre novas partes da natureza com a chamada “Economia Verde”. Nesse panorama, a comunidade científica e tecnológica tem um papel essencial para trabalhar a consciência pública (e é ela mesma tensionada pelos projetos civilizatórios alternativos possíveis).

Devemos repelir toda forma de propriedade intelectual sobre as formas de vida e afirmar que os conhecimentos científicos, da mesma forma que os conhecimentos tradicionais, são parte dos Comuns da humanidade, publicamente acessíveis para cada um e cada uma. O princípio da precaução tem que ser reafirmado, ajudando a disputar a ciência com os monopólios industriais, mas para isso temos que identificar e repelir suas equivocadas interpretações e estender sua aplicação. O debate por ocasião da Rio+20 apresenta a oportunidade de construir um mecanismo participativo para a avaliação prévia das tecnologias, considerando suas dimensões social, ambiental, econômica e cultural, um mecanismo para monitorar e debater as implicações e alternativas em ciência e tecnologia. As organizações sociais têm que ser parte integral do monitoramento e da avaliação das novas tecnologias, independentemente dos governos. Devido ao risco extremo e a potencialidade de desestabilizar os sistemas planetários, defendemos também que a Rio+20 estabeleça uma proibição contra a geoengenharia, de maneira similar ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.





6. Afirmar os conhecimentos ancestrais das populações indígenas e dos povos

As florestas e os territórios dos povos indígenas e populações tradicionais constituem refúgios de vida graças a suas efetivas barreiras à depredação extrativista. Os recursos genéticos destes territórios e os conhecimentos ancestrais formam o patrimônio natural e intelectual coletivo de muitas populações, conservado por milênios e transmitido de geração em geração. Por isso é indispensável mudar as legislações e políticas públicas para garantir a demarcação dos territórios dos povos indígenas e sua titularidade coletiva como povos e também para respaldar, sem marginalizar as estratégias de “Vida Plena”, distintas às da mercantilização da natureza. Mas temos, igualmente, que ampliar nossa compreensão do que são esses conhecimentos tradicionais, abrangendo não somente os povos indígenas e os camponeses, mas também valorizando os conhecimentos das mulheres, artesãos, artistas e todas e todos portadores de habilidades e capacidades desenvolvidas ao longo dos milênios.

Temos que mudar o sistema para não mudar o clima. Existem crescentes contradições nas políticas globais e nacionais sobre as florestas, nas quais as declarações “sustentáveis” vêm aprofundando a degradação pelos negócios mineiros, energéticos, agrícolas, infra estruturais, de biopirataria e roubo dos conhecimentos ancestrais. Estes conhecimentos ancestrais não podem ser comercializados ou objeto de uso indevido e não autorizado para reivindicações de patentes. Eles estão no âmbito cultural dos povos indígenas: os Estados e os organismos internacionais (através do Convênio sobre a Diversidade Biológica) devem adotar normas jurídicas de proteção legal destes conhecimentos. Devem, igualmente, consolidar o direito de consulta prévia e o consentimento livre, vinculante e informado, para o acesso aos recursos genéticos dentro dos territórios indígenas e os conhecimentos tradicionais relacionados.



Parte II.

produção, distribuição e consumo:
riqueza, Comuns e economia de transição

7 ■ Introdução: a crise do capitalismo é uma crise de civilização

A globalização econômica e financeira dos últimos trinta anos submeteu as sociedades à dinâmica da competição generalizada, da propriedade privada e da máxima rentabilidade econômica. A afirmação da superioridade do mercado para governar as sociedades e a natureza termina submetendo os Estados às “leis” dos mercados e conduz a uma aceleração da crise ecológica e a uma crise democrática. Essa fase neoliberal da globalização se encontra hoje em dia em uma profunda crise.

A crise consiste em um desmoronamento das promessas do capitalismo a escala mundial. A tendência à transformação da natureza, do trabalho e do conjunto das atividades humanas em mercadorias destrói as capacidades de reprodução das próprias sociedades e da vida.

A crise social é um elemento chave da crise global: a explosão das desigualdades sociais, o desmoronamento dos sistemas de proteção social, a compressão dos rendimentos salariais e a degradação da renda gerada pela agricultura familiar estimulam uma economia de endividamento generalizada – necessária para sustentar o crescimento capitalista. Ela terminou gerando a crise subprime e, na sequência, a crise das finanças públicas. De fato, a saída da crise não pode ser pensada razoavelmente dentro dos termos do crescimento sem limites, tal como sucedeu depois de 1945, quando as potências ocidentais reinavam sobre o mundo e captavam para seu benefício próprio uma parte significativa das riquezas produzidas pela humanidade.

A crise ecológica deveria colocar em evidência a necessidade de uma superação dos modelos de produção e de consumo dominantes. Ao invés disso, reforça o paradigma tecno-científico e a crença em soluções técnicas; acelera o processo de privatização dos Comuns da natureza: a água, a terra, a energia, o ar, o ser vivo.

As políticas neoliberais, ao estender esse modelo produtivista à totalidade do planeta, acrescentaram e aceleraram a pressão sobre os recursos até um ponto inimaginável. Geraram também novas relações de força entre os distintos países. Ainda que a dependência tradicional dos países do Sul em relação aos do Norte continue subsistindo em muitos âmbitos, esta também vai mudando de maneira evidente e indiscutível: dependência econômica e financeira frente aos países emergentes, maior dependência das matérias primas que tendem a se esgotar, etc. A globalização econômica revelou os limites da expansão capitalista global. Neste sentido, a crise atual é muito mais que uma crise econômica: é uma crise da dominação da economia sobre o conjunto da vida social e política.

Essa crise confirma que o capitalismo não é somente uma forma de organização da economia. É uma forma de civilização, ou melhor, de des-civilização, que implica maneiras cotidianas de viver, representações e, em especial, uma relação de dominação sobre a natureza e o trabalho. É dessa civilização que temos que sair. Urgentemente!



8 ■ A Economia Verde pretende lançar uma nova fase de expansão capitalista

Nos anos 80, encontrando-se diante de uma crise de rentabilidade, o capitalismo lançou uma ofensiva contra os trabalhadores e os povos: para aumentar os ganhos ampliou os mercados e reduziu os custos apoiando-se na liberalização do comércio e das finanças, na flexibilização trabalhista e na privatização do setor público.

Agora, encontrando-se diante de uma crise ainda mais complexa e profunda, o capitalismo está iniciando um novo ataque que combina as velhas medidas de austeridade – como o que estamos vivendo na Europa – com uma ofensiva para criar novas fontes de ganhos à base da Economia Verde. Claramente, o capitalismo sempre se baseou na exploração do trabalho e da natureza, mas nesta nova fase ele busca restabelecer suas taxas de lucro e crescimento colocando preço nas capacidades essenciais da natureza de sustentar a vida.

A Cúpula no Rio de Janeiro de 1992 buscou institucionalizar bases importantes para uma cooperação internacional no que se referem à sustentabilidade, tais como a afirmação que “quem contamina paga”, as “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, o “princípio da precaução”. Entretanto, a Cúpula também institucionalizou o conceito de um “desenvolvimento sustentável” baseado no “crescimento sustentável”. Em 1992, as Convenções do Rio reconheceram pela primeira vez os direitos das comunidades indígenas e seus aportes à conservação da biodiversidade. Mas, nos mesmos documentos, se garantiu aos países industrializados e às corporações a proteção dos direitos de propriedade intelectual dos bens e dos recursos genéticos que haviam adquirido através de séculos de dominação colonial.

A Economia Verde é uma tentativa de estender o alcance do capital financeiro e integrar ao mercado tudo o que permanece na natureza. Para isso, a Economia Verde dá um “valor” ou um “preço” à biomassa, a biodiversidade e às funções dos ecossistemas – como o armazenamento do carbono, a polinização dos cultivos e a filtragem da água – para integrar estes “serviços” como unidades negociáveis no mercado financeiro.

Em consequência, a Economia Verde trata a natureza como capital – “capital natural”. A Economia Verde considera que é essencial atribuir um preço às plantas, aos animais e aos ecossistemas para mercantilizar a biodiversidade, a purificação da água, à proteção dos recifes de coral e ao equilíbrio climático. Para a Economia Verde é necessário identificar as funções específicas dos ecossistemas e da biodiversidade para avaliar sua situação atual, fixar um valor monetário e concretizar em termos econômicos o custo de sua conservação para desenvolver um mercado por cada serviço ambiental particular. Para os ideólogos da Economia Verde, os instrumentos de mercado seriam ferramentas para superar “a invisibilidade econômica da natureza”.

Os alvos principais da Economia Verde são os países em desenvolvimento, onde se encontra a maior biodiversidade. O “zero draft” do documento oficial da ONU reconhece que se necessitará uma nova rodada de “ajustes estruturais”: “os países em desenvolvimento estão enfrentando grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e uma transição rumo a uma Economia Verde requererá ajustes estruturais que poderiam implicar cortes adicionais à suas economias...”.

Os postulados da Economia Verde são falsos. A crise ambiental e climática atual não é uma simples deficiência de mercado. A solução não é atribuir um preço a natureza, torná-la uma forma de capital. É errado dizer que somente valorizamos o que tem preço e proprietário e que resulta em ganhos. Os mecanismos do mercado capitalista têm se mostrado incapazes de contribuir para uma distribuição equitativa da riqueza.

O desafio principal para a erradicação da pobreza não é poder crescer sempre, mas sim lograr a distribuição equitativa das riquezas que seja possível dentro dos limites do Sistema Terra. Em um mundo em que 50% da população pobre respondem por 1% das riquezas do planeta, nos quais as três pessoas mais ricas do mundo têm o mesmo rendimento que os 600 milhões mais pobres, não será possível erradicar a pobreza nem restabelecer a harmonia com a natureza.

A Economia Verde é uma manipulação cínica e oportunista das crises ecológica e social. Em lugar de tratar as verdadeiras causas das desigualdades e as injustiças, o capital se está servindo de um discurso “verde” para lançar um novo ciclo de expansão. As empresas e o setor financeiro necessitam que os governos institucionalizem as novas regras da Economia Verde para assegurarem-se contra os riscos e criar um marco institucional para abarcar partes da natureza nas engrenagens financeiras.



9 ■ Extrativismo e energia: duas dimensões do projeto da Economia Verde

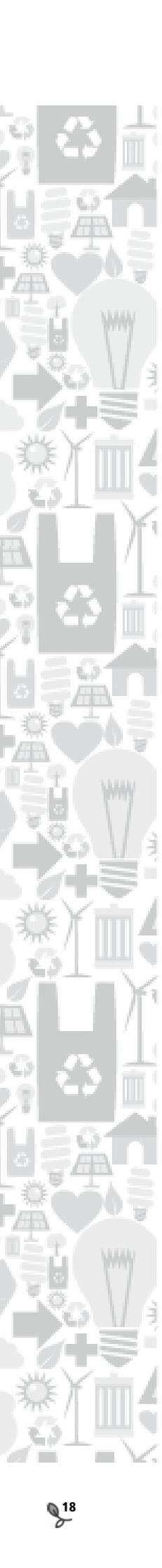
A expansão das chamadas indústrias extrativistas é um dos aspectos mais característicos da atual fase da globalização neoliberal, com o qual os movimentos socioambientais têm se confrontado ao longo dos últimos anos. O setor energético também sustenta as ameaças do sistema especulativo e financeiro, que afetam todas as formas de vida no planeta. Juntas, as indústrias extrativistas e energética se converteram em fortes aliadas na nova agenda da “Economia Verde”, promovida na Rio+20, através do documento base denominado “O futuro que queremos”.

O modelo de produção extrativista tem como foco a exploração dos elementos da natureza que, sem processamento ou modificações significativas, são apropriados e comercializados no mercado mundial. Essas atividades, que tradicionalmente se referiam à mineração e produção de petróleo, agora incluem a pesca, a exploração da madeira, agronegócio e turismo internacional de luxo. A indústria extrativista é baseada na “acumulação através da espoliação” de bens tangíveis e intangíveis que antes eram de uso comum e público, que permaneciam inexploráveis ou orientados para reprodução local da vida ou da riqueza. Isso nos permite entender a aliança entre a mercantilização de Comuns e recursos naturais com a privatização dos elementos sociais comuns – direitos, serviços e empresas públicas – que atingiram seu pico na década de 1990.

‘Acidentes’ e tragédias ambientais relacionadas ao extrativismo e às questões energéticas têm se multiplicado assim como a erosão da soberania nacional e de povos em benefício de corporações. Comunidades indígenas têm perdido suas terras e soberania; os direitos democráticos das pessoas têm sido fragilizados e reduzidos; políticas estão sendo privatizadas para beneficiar os interesses das transnacionais e setores dominantes nacionais e regionais; acordos internacionais têm sido violados, assim como as leis nacionais, tudo em benefício das indústrias extrativas e de energia. Além disso, os países da América Latina passaram para o controle das transnacionais concessões equivalendo a milhares de hectares por 60 ou até mesmo 90 anos com o apoio de governos de correntes políticas e ideológicas variadas.

Atualmente, essa indústria extrativista está rapidamente expandindo a exploração dos recursos naturais que restam no planeta. Conforme as fontes convencionais de minérios começam a se esgotar, a mega-mineração, por exemplo, está se voltando para formas não convencionais de desenvolvimento de recursos que utilizam intensamente combustíveis fósseis. Como resultado, as indústrias extrativistas têm promovido uma investida direta nas últimas fronteiras da natureza e dos Comuns ao extrair minérios de difícil obtenção nos profundos depósitos localizados dentro ou abaixo de bacias de rochas sedimentares ou no fundo do oceano.

Ao fazer isso, elas não apenas promovem um uso muito mais intensivo de combustíveis fósseis que emitem carbono (como carvão, gás



natural), mas causam também um dano enorme aos processos dos ecossistemas. O mesmo é válido para outras indústrias extrativistas como o petróleo e gás natural, agronegócio, produtos florestais, pesca e turismo.

Em nome do avanço de uma ‘economia mais verde’ a indústria extrativista tem, portanto, reforçado essencialmente o modelo colonial de desenvolvimento de recursos. Para começar a combater essas tendências ações imediatas precisam ser tomadas, tais como:

- Repensar o modelo predominante de extração dos recursos e de dependência nas fontes de combustíveis fósseis poluentes e outras práticas ambientais insustentáveis;
- Insistir que todos os projetos extrativistas propostos para terras indígenas busquem o ‘prévio consentimento livre e informado’ dos povos indígenas;
- Assegurar que os setores mais pobres da sociedade e as comunidades afetadas sejam beneficiados com os recursos gerados pelas indústrias extrativistas.

Além do mais, um vínculo se formou entre as indústrias extrativistas e energéticas que são fortemente financiadas tanto por fontes de capital privado como público. Fundos de investimentos e bancos estão ávidos para investir e lucrar com os projetos da mega-mineração e outras formas de extrativismo aliados à indústria dos combustíveis fósseis em commodities e mercados futuros, enquanto os governos nacionais e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial fornecem subsídios públicos anuais para ambas as indústrias – por exemplo, US\$ 409 bilhões apenas para a indústria de combustível fóssil.

De fato, o mundo em que vivemos hoje tem gradativamente se tornado dependente da queima de combustíveis fósseis como sua principal fonte de energia. Porém, a forma como essa fonte de energia é produzida, distribuída e utilizada tem causado danos ambientais globais, distúrbios sociais e riscos para a saúde. A atual queima de combustíveis fósseis contribui para mais de 40% das emissões de gases de efeito estufa no planeta, causando assim o aquecimento global e um caos climático. Enquanto isso, mais de 1,4 bilhões de pessoas pelo mundo não tem acesso a serviços básicos de energia, sendo assim relegadas ao perpétuo estado de subdesenvolvidos.

Como fonte de poder em qualquer sociedade, a energia que produzimos e usamos penetra completamente no nosso dia-a-dia. Está presente no transporte de pessoas e produtos, faz funcionar nossas indústrias e negócios, aquece ou refrigera nossas casas e ambientes de trabalho. A energia é o sangue da vida da nossa economia. Por essas razões, a energia que produzimos e usamos pode também determinar a extensão em que o ‘desenvolvimento’ das nossas economias é justo e sustentável ou injusto e insustentável. Hoje em dia, entretanto, ao invés de dar atenção aos sinais de uma crise climática iminente, as elites globais continuam seguindo um caminho energético e apontando para um futuro baseado nos combustíveis fósseis, agora sob a propaganda do ‘crescimento verde’.

A hora certamente chegou (e talvez seja até tarde) para promover uma mudança fundamental no paradigma e sistema energético dominante que empodera nossas economias. Como sociedades e comunidades nós devemos reduzir substancialmente nossa dependência em fontes sujas e não renováveis de energia (como carvão, petróleo e gás) e desenvolver fontes de energias alternativas limpas e renováveis (tais como eólica, solar e, em pequena escala, hidroelétricas e geotérmicas). De fato, uma transição fundamental na nossa fonte de energia está se tornando cada vez mais imperativa nessa época de mudanças climáticas para a sobrevivência tanto do planeta quanto da humanidade.

Qualquer solução real e definitiva requer uma mudança fundamental no sistema e no paradigma energético dominante. Para começar, estratégias de curto prazo deveriam ser incluídas:

- Convocar todas as economias industrializadas para desenvolver um plano nacional de ação com metas claras para reduzir substancialmente suas dependências nos combustíveis fósseis poluentes até 2030;
- Desenvolver estratégias nacionais amplas de transição para fontes de energia limpa e renovável via intervenção governamental com participação e controle social;
- Remover todos os subsídios governamentais às indústrias de mineração e de energia e reinvestir esse capital para promover a transição para o desenvolvimento de energias limpas e renováveis.

A responsabilidade fundamental para realizar essa transição recai sobre os países industrializados que mantêm a maior dependência nos combustíveis fósseis. Aqui, o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, adotado na Cúpula da Terra no Rio há vinte anos, deve ser aplicado de forma justa e rigorosa. Para ser sustentável, entretanto, essa transição energética deve ser equitativa. O Sul Global deve ter acesso ao capital e à tecnologia necessários para transitar da dependência de combustíveis fósseis para o desenvolvimento viável de fontes de energia renováveis. Se o “desenvolvimento sustentável” precisa ser atingido, então os 1.4 bilhões de pessoas que atualmente não possuem serviços básicos de energia precisarão ser empoderadas nessa transição.

Por fim, é preciso uma nova e audaciosa visão social e um conjunto de estratégias para a transformação. Se essa transição energética almeja ser justa e sustentável em longo prazo, então profundas mudanças estruturais serão necessárias no modelo de desenvolvimento capitalista predominante.

Fundamentalmente, temos que repensar a viabilidade de um sistema econômico baseado no crescimento econômico ilimitado e na maximização dos lucros. Nós precisamos repensar nossos modelos de produção e consumo e o papel do Estado e dos mercados. Devemos trabalhar para a redução do consumo global de energia, de forma diferenciada para os diferentes países e classes sociais. Devemos eliminar a cultura dos agro-combustíveis em larga escala, a exploração do gás de xisto e a privatização da biomassa – todas destinadas a produzir mais e mais energia. Devemos repensar a extensão em que a energia deve ser parte dos Comuns e o que deve ser feito para assegurar o crescimento democrático do controle da produção, distribuição e uso. E precisamos delinear um caminho para sair do atual sistema econômico e modelo de desenvolvimento. Caso contrário, terminaremos voltando para as mesmas soluções fáceis de destruição dos meios necessários para a sobrevivência de todas as formas de vida, incluindo a Mãe Terra.

10. Promover a agricultura e a pesca sustentável, social e solidária

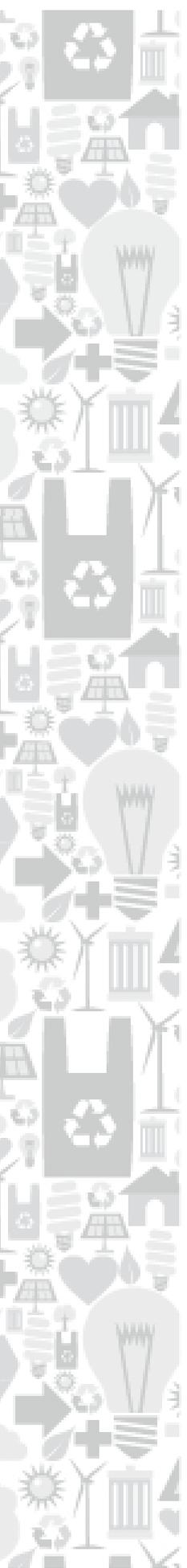
A agricultura industrial se constituiu no mundo como o modelo agrícola a seguir, com sua perspectiva de produção orientada ao mercado, sem conseguir satisfazer as exigências de alimentação do ser humano e de equilíbrio do planeta. Milhões de pessoas sofrem de fome – a grande maioria, os mesmos camponeses e trabalhadores rurais que produzem alimentos no marco de uma agricultura camponesa –, enquanto um punhado de corporações agroindustriais obtêm bilhões de dólares em ganhos e cerca de 500 milhões de pessoas sofrem problemas de obesidade.

Maior responsável pela mudança climática mediante o aporte de 50% das emissões de gases estufas, por migrações forçadas devido à expansão da fronteira agrícola, pela destruição de sonhos, de saberes culturais e de biodiversidade, esse modelo se encontra hoje em uma complexa encruzilhada onde se cruzam simultaneamente as crises dos sistemas éticos, tecnológicos, energéticos, sanitários, econômicos, financeiros e a arquitetura do poder mundial. Transitar rumo a um modelo de agricultura mais sustentável nos remete a fazer mais sustentáveis e viáveis cada um desses sistemas que o compõem. As propostas técnicas ou setoriais que até agora têm sido propostas como soluções, têm agravado ainda mais o problema; em troca, a agricultura ecológica, que demonstrou ser uma opção que evita a deterioração da natureza de maneira significativa, até agora não foi considerada, ou pior ainda, tem sido destruída pelo modelo hegemônico.

Frente a esta realidade, os movimentos sociais e as organizações populares promovem um conjunto de propostas articuladas pela construção da soberania alimentar, concebida como uma modalidade integral de produção agrícola, que defende a agricultura camponesa e indígena como geradora de alimentos, de dignidade e de identidade, incluindo a equidade de gênero. Essas propostas estimulam também processos de reconstituição dos territórios de vida e a exigência de reformas agrárias e de pesca a fim de que as comunidades camponesas e pesqueiras, suas culturas e formas de vida, recuperem um papel central. Podemos articulá-las ao redor de três temas: 1. Conhecimento, bens e culturas camponesas e pesqueiras; 2. Direitos e regras de intercâmbio do local ao global; 3. Coparticipação e controle social do sistema de produção.

As culturas que sustentam as agriculturas camponesas e pesqueiras são, antes de tudo, um conhecimento compartilhado construído ao longo das gerações, que formam parte do patrimônio dos povos e da humanidade. Essas culturas que entrelaçam cosmo visões, valores, saberes técnicos e de todo tipo têm sido deterioradas e subvalorizadas pela lógica agroindustrial orientada para a superprodução e o conseqüente fenômeno da uniformização alimentícia a nível global, com altos impactos nutricionais e ambientais. Neste contexto, trata-se de recuperar e valorizar as agriculturas e formas de vida locais, campo-





nessas e originárias e os sistemas de conhecimento ancestrais de produção de alimentos. Os movimentos camponeses identificaram claramente este desafio de uma ampla informação e comunicação sobre suas culturas. Os estados têm aí um papel determinante para assegurar o respeito ao caráter coletivo dos conhecimentos das comunidades camponesas e pesqueiras, e, portanto, o direito coletivo de decisão sobre o acesso e o uso destes conhecimentos. As investigações formais desenvolvidas com apoio público formam parte deste bem público. Valorizar os conhecimentos implica promover e consolidar uma educação integral, formal e informal, a todos os níveis, associando dimensões espirituais, materiais e sociais, para sustentar as múltiplas transformações vinculadas à soberania alimentar. Esta educação tende a construir-se desde a pluriculturalidade e uma plena participação das comunidades dentro de cada território. As plantas de origem nativa são também parte do patrimônio dos povos e constituem uma base fundamental da soberania alimentar. Sempre têm circulado livremente nas mãos dos povos, cuidadas e multiplicadas pelos cuidadores de origens. Toda tentativa de patentear e impor uma propriedade intelectual sobre a vida e sobre esses bens imateriais e materiais é contrário à sua própria natureza e deve ser proibida.

Não pode existir agricultura sustentável e soberania alimentar sem dignidade e identidade dos produtores, sem afirmar a primazia de seus direitos e aqueles da Mãe Terra e assegurar a circulação equitativa dos bens e recursos. Não somente é necessário mudar a lógica de produção industrial de alimentos orientada ao mercado global e ao lucro; trata-se, mais profundamente, de mudar a visão que considera a terra como um recurso de exploração sem direitos orientada a satisfazer os desejos desmedidos do crescimento. Todos os seres vivos e a Mãe Terra têm direitos e podem ter acesso livre a água. Isto implica como corolário reconhecer o direito dos povos e controlar e regular o uso e manejo respeitoso e solidário da água no marco dos convênios internacionais e do direito consuetudinário, proibindo sua mercantilização sob qualquer forma. É somente reconhecendo esses direitos que a biodiversidade poderá colocar-se acima dos mecanismos de privatização da propriedade intelectual e outros acordos comerciais de direito internacional. Da mesma forma, a implementação de novas políticas e normativas de proteção da pequena produção de alimentos e de seu comércio internacional constitui um suporte fundamental. Tanto as práticas de venda dos produtos por baixo do custo de produção (dumping) como as práticas comerciais desleais dos países industrializados que distorcem os preços dos alimentos devem ser condenadas. É iniludível colocar barreiras tarifárias equivalentes a qualquer subsídio incorporado em produtos exportados permitindo a livre circulação das produções locais. É necessário, portanto, rejeitar, condenar e proibir qualquer estratégia político-militar e comercial que atente contra a soberania alimentar dos povos e os torne vulneráveis às mudanças climáticas.

O controle social e a coparticipação nos sistemas de produção é outra referência chave para disputar o poder no sistema alimentício capturado por grupos econômicos. Numerosas tecnologias e processos tecnológicos põem em risco a sobrevivência dos ecossistemas e são impulsionadas exclusivamente para aumentar a produtividade e as ganhos distribuídos em um reduzido número de empresas. Elas aceleram a mudança climática através do uso de agro-combustíveis, de organismos geneticamente modificados, de nanotecnologia e das propostas de geoengenharia. Neste contexto, não somente é preciso construir um controle social sobre as tecnologias para se opor à sua expansão, mas também para adequar os sistemas de produção aos contextos produtivos locais. Isto implica promover e assegurar o financiamento de políticas e mecanismos de controle social participativo e público, que possam combinar pesquisa e investimento para eliminar o uso de insumos agrícolas baseados em petroquímicos, melhorarem o conteúdo orgânico do solo, fortalecer os mercados locais e da agricultura urbana, proteger as fontes de água e apoiar a agricultura familiar.

11. Empregos climáticos já!

Estamos enfrentando uma crise ambiental e uma crise econômica global. Precisamos de soluções para ambas e agora. Ativistas e organizações sindicais de outros países estão debatendo a luta por empregos climáticos já.

Estas campanhas têm dois pontos de partida. Primeiro, o fato de que as pessoas querem trabalhar, mas existe uma profunda crise global da economia capitalista; ainda que ocorra uma “recuperação” em grande parte do mundo, o desemprego em massa irá perdurar por muitos anos. Segundo, precisamos deter o avanço das mudanças climáticas. Para tanto, temos que estabilizar as emissões de gases de efeito estufa nos próximos vinte anos.

A causa mais importante das mudanças climáticas é a emissão de gases de efeito estufa – em especial o dióxido de carbono (CO₂). O CO₂ é liberado no ar pela queima de carvão, petróleo e gás. Em todo o mundo, carvão, petróleo e gás são queimados por três principais motivos: para fornecer eletricidade para as indústrias e uso domiciliar; para fornecer aquecimento para processos industriais e uso domiciliar; e para transporte, particularmente por carros.

Para reduzir essas emissões é necessário implementar consideráveis mudanças, das quais destacamos três que, juntas, resolveriam mais da metade dos problemas. Precisamos multiplicar a produção de energia eólica e solar em escala global para fornecer eletricidade a partir de energia renovável. Assim, poderemos utilizar essa energia para indústria, aquecimentos de casas e funcionamento de ônibus e trens. Precisamos fazer com que mais pessoas passem a utilizar transporte público ao invés de carros particulares. E necessitamos restaurar moradias e prédios públicos em todo o mundo para que utilizem menos energia e sejam mais quentes no inverno e mais frescos no verão.

Toda a tecnologia para tornar isso viável já está disponível. O problema na obtenção de ações concretas no âmbito das mudanças climáticas é político, e não tecnológico. Governos de todo o mundo afirmam que não se podem fazer nada a respeito, pois iria “custar muito caro”. Mas o “custo” significa criar empregos. As campanhas pela criação de empregos climáticos lutam pela criação, em escala global, de 120 milhões de novos empregos climáticos. Esse não é um valor arbitrário, mas representa a quantidade de trabalho necessário para estabilizar o CO₂ na atmosfera dentro de vinte anos. No Brasil, significaria criar três milhões de empregos; nos Estados Unidos, cinco milhões; e na Índia, quarenta milhões de empregos climáticos.

Queremos dizer empregos climáticos, não “empregos verdes”. Os empregos climáticos são aqueles capazes de reduzir drasticamente a quantidade de gases do efeito estufa que nós geramos e lançamos no ar e por meio dos quais podemos desacelerar as mudanças climáticas. “Empregos verdes” podem significar qualquer coisa – empregos na indústria da água, nos parques nacionais, no controle da contaminação, etc. Esses empregos são valiosos, mas não detêm as mudanças climáticas. Queremos dizer milhões de empregos novos, não empregos que já existem atualmente e que perpetuam a lógica social e ambiental insustentável.

Queremos os empregos agora. Não queremos que os governos prometam “criar” empregos antes do ano 2030 apenas para expressar seu interesse diante do setor empresarial. Se querem criar empregos, isto deve ser feito e pago agora. Queremos que os governos comecem a contratar pessoas imediatamente. Se há a intenção de criar um milhão de empregos, queremos que as pessoas estejam trabalhando dentro de um ano em um emprego estável.

12. Por um consumo responsável, justo e sustentável

O modelo de crescimento constante do estímulo ao consumo está baseado na produção com obsolescência programada e na oferta de tecnologia e produtos não reparáveis e incompatíveis que, são desejados por muitos consumidores graças aos artifícios do marketing. Esse modelo é o responsável direto pelo aumento do uso de recursos naturais e pela geração de resíduos.

Respaldo nas práticas de governos que priorizam interesses do mercado e não o interesse público, insustentáveis ecológica e socialmente, este modelo instaura-se, reproduzindo-se e se fortalecendo, por meio da publicidade e dos meios de comunicação. Eles promovem, com extrema habilidade, estilos de vida nos quais o poder de consumir cada vez mais está diretamente associado com a ideia de felicidade. Na prática, esse processo potencializa a desregulação dos mercados, conferindo poder ilimitado às empresas que operam exclusivamente a favor de seus interesses, impactando cidadãos e cidadãs do mundo inteiro.

A discussão sobre novos modos de produção, consumo e estilos de vida é crucial. Governos devem se comprometer com políticas públicas que estimulem e multipliquem formas mais justas e sustentáveis de produção, distribuição, consumo e pós-consumo. Para que as empresas alterem de forma significativa suas formas e modelos de produção e gestão, precisamos de uma economia democrática, que mude as relações de poder no interior das próprias empresas, favorecendo mecanismos de autogestão e controle social. Não basta incorporar procedimentos e apelos mercadológicos que classifiquem sua produção como “verde”.

As empresas devem ser responsabilizadas pelos impactos socioambientais em suas cadeias produtivas. Isso exige realinhamento das estruturas de poder de modo a fazer com que as áreas responsáveis pelas políticas de pesquisa e desenvolvimento ganhem a devida importância na vida das empresas. É urgente criar mecanismos que as comprometam a ampliar a qualidade dos seus produtos e serviços, incluindo metas para redução das reclamações dos consumidores e mitigação dos impactos de suas atividades. Isso passa por respeito ao direito de informação, princípio de precaução e reparação de danos pessoais e coletivos proporcionais aos impactos causados.

É imprescindível discutir uma agenda de transição justa dos sistemas produtivos com respeito aos direitos dos trabalhadores e dos consumidores. Essa agenda não é puramente negativa e deve ser encarada como oportunidade para viabilizar soluções e construir outros modos de negócio.

As empresas empurram produtos programados para quebrar. Sem vida útil razoável, sem viabilidade econômica de reparação, impactantes social e ambientalmente, eles se tornam obsoletos em uma velocidade incompatível com um mundo de recursos limitados. Queremos produtos e serviços com qualidade, mercadorias que respeitem o princípio de precaução, reparáveis, mais duráveis, com menos embalagens e com ciclo fechado. Produtos e serviços que incorporem, em seu custo, investimentos para minimizar os impactos sociais e ambientais de sua produção. Os incentivos à produção devem ser dirigidos, em primeiro lugar, à satisfação das necessidades mais básicas da população e eliminação dos subsídios perversos que estimulam a produção e consumo insustentáveis.

O consumidor precisa de informação e educação sobre o impacto socioambiental de suas escolhas. Na direção inversa, a publicidade enganosa e maquiada de verde (greenwashing) é uma das grandes armadilhas atuais. Essas práticas devem ser coibidas por meio de regulação da publicidade. Meios de comunicação devem enfatizar conteúdos relacionados à justiça social e ambiental, o que só será atingido com sistemas de informação e



educação multidisciplinares, democráticos e baseados na participação cidadã. No campo da informação dos produtos é essencial regular a rotulagem para que ela seja, de fato, um instrumento promotor da conscientização e escolha individual, com consequências coletivas positivas. A educação formal e informal são fundamentais para a promoção geral da cidadania, mas a diminuição da vulnerabilidade do consumidor passa também por estratégias que vão além. Campanhas e processos informativos integrados são fortes aliados da educação ambiental e do consumo sustentável. As novas tecnologias não podem visar somente o aprimoramento de produtos e serviços ou o uso eficiente de recursos por parte das empresas, mas também assegurar qualidade de vida para todos.

As soluções existem. Só precisam ser mais visíveis e acessíveis. O futuro alternativo se baseia na lógica da cooperação e construção de soluções compartilhadas. Muitas dessas soluções já estão em curso há anos. A economia e a comercialização solidária, baseadas na autogestão e na colaboração, assim como a agricultura ecológica familiar, são exemplos reais do potencial transformador dos atuais padrões de produção e consumo. Existem inúmeros grupos de resistência locais – mulheres produtoras empreendedoras de ações de manejo responsável de Comuns, grupos de consumo responsável, cooperativas de comercialização solidária, coletivos de mobilidade, de mídia e cultura livre, economia criativa, turismo de base comunitária, comunidades de compartilhamento e trocas solidárias, por exemplo. Essas alternativas imprimem um novo desenvolvimento que supera a lógica da competição e da escassez. Mas, para que as soluções ganhem escala e se interconectem, é preciso respaldo e incentivo de governos, ampliando a resiliência frente às desigualdades sociais, agravadas pelas mudanças climáticas. Além de reafirmar compromissos internacionais, os governos nacionais precisam proteger os Comuns, regular as falhas dos mercados e apostar nos mecanismos de fortalecimento da participação e do protagonismo local na resolução de problemas de âmbito global.

Alimentação saudável e acessível é um direito de todos. O sistema mundial de alimentos serve ao interesse de poucos. Quatro corporações dominam a comercialização mundial de sementes e grãos. Há produção suficiente para que ninguém passe fome. Mas os governos devem cessar o estímulo à produção baseada no uso intensivo de agrotóxicos e da monocultura extensiva, garantindo segurança alimentar e distribuição e consumo justos. É necessário adotar medidas coordenadas, como incentivos para a produção local baseada em padrões social e ambientalmente sustentáveis, promover a rotulagem adequada, regular a publicidade de alimentos e bebidas que tragam riscos à saúde, garantir a oferta de alimentos saudáveis nas escolas e favorecer a distribuição de produtos locais, fortalecendo a produção familiar e agroecológica e reconhecendo o papel feminino no cuidado, na produção e na influência nas decisões de consumo.

Resíduos são recursos. Governos, empresas e consumidores têm responsabilidades compartilhadas para efetivar um modelo baseado no uso racional e sustentável de recursos. Isso implica ampliar a gestão responsável dos recursos, mas também para alterar a lógica de sua geração desnecessária. Isso exige ações contínuas de informação e educação ao consumidor, incentivos fiscais e apoio tecnológico ao uso de matérias-primas reaproveitadas e recicladas, bem como ao design de produtos que favoreçam o reaproveitamento e descarte com menor impacto, além da universalização de serviços de coleta seletiva e reciclagem, com a inclusão de enorme contingente de trabalhadores hoje marginalizados.

O setor de transportes é um dos maiores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa causadores das mudanças climáticas. Ao invés de incentivarem um modelo industrial já secular, em que a indústria automobilística era paradigma de desenvolvimento nacional, os governos devem promover políticas e investimentos que priorizem o transporte público e meios alternativos como a bicicleta. Essa transição passa também pelo estímulo a veículos menos poluentes e mais eficientes do ponto de vista energético. Os padrões urbanísticos atuais consomem não apenas recursos naturais em profusão; eles drenam boa parte dos investimentos e da qualidade de vida dos habitantes. As cidades precisam ser mais amigáveis, compactas, sustentáveis, democráticas e não violentas.

13. Iniciativas de transição para uma economia justa, sustentável e solidária

O objetivo a ser alcançado consiste em suprimir a subordinação do mundo às finanças globais e colocar as sociedades no controle do crédito, da moeda e das finanças. As finanças são geradoras permanentes de desigualdades. A moeda tem sido confiscada pelas potências econômicas e financeiras do capital, mas precisa se tornar uma instituição social, um Comum que deve ser desprivatizado. Isso é uma ferramenta que possibilitará que sociedades e comunidades escolham o que produzir, para quem produzir, como produzir e também o que elas não devem produzir.

O controle das finanças

Nossas propostas concernem à regulação dos mercados financeiros, à proibição das práticas especulativas e ao controle das finanças. Mas somente têm sentido se o campo de atividade das finanças se reduzir e for regulamentado, especialmente no que respeita à financeirização dos bens agrícolas e alimentícios, dos Comuns naturais essenciais para a vida (água, biodiversidade, ar, energia, terra), dos Comuns sociais (saúde, educação) e dos Comuns do conhecimento. É necessário ademais terminar com a ditadura dos acionistas, a oligarquia das finanças, e avançar rumo a uma democracia econômica. É necessário reduzir substancialmente a desigualdade no mundo e no interior dos diferentes países, sob pena de comprometer a possibilidade de práticas democráticas. Um mundo democrático só é possível com uma economia muito mais igualitária.

Propostas:

- Socialização das instituições financeiras e dos bancos: separação dos bancos de negócios e dos bancos de crédito; proibição dos produtos derivados; reconhecimento e apoio às moedas sociais e complementares e às finanças solidárias levadas adiante por coletividades territoriais e pela economia social e solidária;
- Proibição dos paraísos fiscais e luta contra todas as formas de corrupção e de pirataria financeira;
- Integração das instituições financeiras internacionais ao sistema das Nações Unidas e subordinação de ditas instituições aos direitos sociais, ecológicos e políticos definidos dentro deste marco;
- Auditoria cidadã da dívida mundial;
- Aumentar os fundos públicos: implementar um imposto sobre as transações financeiras; aportes obrigatórios e diferenciados dos Estados a fundos públicos, administrados dentro do marco das Nações Unidas, para colocar fim à financeirização dos recursos naturais e iniciar a transição ecológica e social;
- Regulação dos mercados agrícolas e alimentícios e proibição dos produtos derivados;
- Definição de regras para retirar os Comuns da dominação das finanças;
- Instauração de um tribunal internacional para julgar os crimes ecológicos e sociais e o não respeito destas regras.

Superar a economia do crescimento

O crescimento econômico global, incluído o crescimento verde, é o problema e não a solução. Ainda que possa ser traduzido, em curto prazo, a uma redução da pobreza em alguns países, gera desigualdades insuportáveis, esgota os recursos não renováveis e provoca guerras para seu controle, encerra o trabalho e a natureza dentro de um sistema produtivista e nega o direito dos povos, em particular o dos povos indígenas

submetidos às políticas extrativistas. As sociedades que queremos são as do bem viver, da sobriedade, da definição coletiva e democrática das necessidades e de seus limites.

Propostas:

- Aplicação do princípio de uma renda mínima e de uma renda máxima;
- Prioridade ao desenvolvimento dos consumos coletivos, para melhorar especialmente as condições de vida das populações mais precárias e garantir a sustentabilidade ecológica: transportes, moradia, educação, saúde, energia, cultura;
- Estes bens e serviços coletivos serão garantidos tanto pelos Estados como pelas comunidades de base dentro do marco de uma economia social e solidária;
- A definição de novos direitos para garantir o acesso aos bens fundamentais; esses direitos poderão ser garantidos mediante uma gratuidade ou quase gratuidade de acesso para uma quantidade determinada, com tarifas progressivas em função do consumo.

Reverter a globalização capitalista em favor da cooperação internacional

A globalização imposta pelo mercado capitalista destrói a diversidade das sociedades e sua capacidade de construir-se de maneira autônoma. Têm por consequência um verdadeiro retrocesso das cooperações internacionais e a tentação de desdobramentos identitários ou nacionalistas.

Propostas

Para voltar a encontrar a capacidade política para eleger as vias de transição e de construção de uma solidariedade internacional, é necessário:

- O reconhecimento da soberania alimentar;
- O reconhecimento da soberania energética: implementação de sistemas energéticos sóbrios e luta contra a precariedade energética: reconhecimento do direito a serviços energéticos de qualidade e não contaminantes como um direito humano essencial e inalienável; gestão pública, realocada e descentralizada do sistema energético para garantir o acesso aos serviços para todos; promoção das energias renováveis e eleição de técnicas simples e apropriadas;
- Localização das atividades segundo o princípio de subsidiariedade: prioridade a tudo o que pode produzir-se a nível local ou regional;
- Promoção dos intercâmbios locais e regionais e questionamento dos tratados de livre comércio; promoção do comércio justo e equitativo;
- Gerenciamento social das terras; direito de acesso à terra para os camponeses; direito de acesso para as mulheres; proteção dos saberes tradicionais e promoção de técnicas simples e apropriadas.



14. Os Comuns: outra lógica econômica, social e cultural

O capitalismo é mais que um modo de produção. É uma lógica social e política que se irradia por todo o corpo social. Sua lógica não só estrutura instituições e concentra poder, mas também está internalizado em nós. Atravessa os nossos corpos. Coloniza as nossas mentes. Ocupa a nossa terra. Emancipar-se dessa colonização e eliminar todas as formas de dominação é o objetivo a ser alcançado pelos movimentos progressistas. Isso requer questionar as bases sobre as quais se assentou a modernidade. Requer uma revolução mental que abale a infraestrutura intelectual vigente. Também temos que modificar a nós mesmos, já que as instituições e as lógicas mercantis se reproduzem nos indivíduos e são eles que mantêm essas estruturas funcionando.

Comuns: outra lógica econômica, social e cultural

Hoje, no capitalismo neoliberal, os mercados financeiros avançam sobre todas as esferas da vida. A Economia Verde só demonstra que o dinheiro necessita de novos mercados para se valorizar. Os alimentos, as dimensões da natureza essenciais para a vida (água, biodiversidade, ar, terra), os serviços sociais comuns (saúde, educação, cultura) e o conhecimento compartilhado são financeirizados e transformados em mercadoria. Isso é o problema! Por isso, alternativas somente avançam

se o campo de atividade do mercado e das finanças se reduz e se logramos uma transformação intelectual.

As práticas sociais que necessitamos exigem que repensemos as relações entre os humanos e a Mãe Terra. Respeitar os direitos da natureza é um pressuposto para a lógica dos Comuns que à sua vez afiança os direitos da natureza.

Os chamados “bens comuns” não são bens. Não são “coisas” separadas de nós. Não são simplesmente a água, a floresta ou as ideias. São práticas sociais de “commoning”, de atuar conjuntamente, baseadas nos princípios de compartilhar, cuidar e produzir em comum. Para garantir isso, todos os que participam em um “comum” tem o direito de co-decidir as normas e regras da sua gestão.

Exemplos da rica variedade de tais experiências e inovações são os sistemas de gestão comunitária de florestas, canais de água, áreas de pesca e terra, os numerosos processos de “commoning” do mundo digital como as iniciativas de cultura e de software livres, as iniciativas não mercantis de acesso à moradia nas cidades, as estratégias de consumo cooperativo ligadas as moedas sociais e muitas outras. Todas elas são claramente formas de gestão distintas tanto daquelas do mercado como daquelas organizadas por estruturas hierárquicas. Juntas oferecem um caleidoscópio rico em auto-organização e autodeterminação. Todas elas foram descuidadas e marginalizadas nas análises políticas e econômicas clássicas. Essas iniciativas se sustentam na ideia de que ninguém pode ter uma vida satisfatória senão está integrado em relações sociais; que a plena realização pessoal depende da realização dos demais e vice versa. Apagam, assim, as fronteiras entre o interesse particular e o interesse coletivo.

Como o capitalismo, o “commoning” é mais que um modo de produção e regulação.

Não é uma coisa do passado: ele goza de boa saúde, de vitalidade, nas comunidades locais e nas comunidades digitais globais. O desafio é, agora, estendermos essas relações rumo à sociedade em seu conjunto. Isso nos permitirá superar as limitações de dualismos que nunca respondem nem refletem as complexidades da vida. Não é possível dividir o mundo em: público ou privado, estatal ou mercantil, natureza ou cultura, objeto/corpo ou sujeito, homem ou mulher. Sempre existem aspectos da realidade para além desses dualismos.

Quando falamos dos Comuns, falamos não somente de como satisfazer as necessidades básicas conjuntamente, mas também de como (re)produzir em comum a vida moderna. É esperançoso que as novas tecnologias de geração de energia limpa ou da informação e da comunicação nos permitam fazer novas experiências de commoning. Elas nos fornecem ferramentas para produzir colaborativamente, peer-to-peer, o que necessitamos: energia elétrica, software livres, designs, medicamentos e muito mais. Ao mesmo tempo, as rádios comunitárias, o advento do copyleft ou as experiências digitais de auto-organização fornecem novos subsídios para afirmar um paradigma no qual aquilo que é produzido por todos destina-se a fruição de todos. Essas ferramentas e formas de colaboração têm o potencial de transformar as relações de poder e de produção e distribuição das riquezas. Toca a nós aproveitá-las!

Isso exige abordar criticamente a ubiquidades da propriedade privada, já que nos Comuns existem muitas e bem variadas formas de propriedade. Quando falamos de Comuns, não falamos de “terra de ninguém”, porém de espaços e recursos controlados pelos próprios usuários e usuárias. Assim, isso exige questionar também a propriedade intelectual, tanto no que se refere aos direitos autorais quanto às patentes. Os frutos da ciência pública foram sendo sistematicamente patenteados. Mas a comunidade científica, paga com os nossos impostos, e a sociedade devem reafirmar que o conhecimento científico é parte dos Comuns, é o nosso patrimônio, acessível para cada um e cada uma. O que foi produzido ou financiado por verba pública, tem que ficar no público!

Uma ciência a serviço do bem comum é, certamente, outra ciência. Perguntar-se-ia não só como resolver problemas (tecnológicos ou científicos) ou como controlar coisas, mas também como viver em harmonia com a natureza e os demais. Ao mesmo tempo, os conhecimentos ancestrais que formam o patrimônio intelectual da humanidade não podem ser marginalizados. Respondem a conceitos como os de “Vida Plena” e “Bem Viver” e são portadores de lógicas e aspirações muito distintas daquelas da mercantilização da natureza. As organizações sociais, particularmente dos povos tradicionais e dos camponeses, têm que ser parte integral do monitoramento dos territórios, dos sistemas de governança e das (novas) tecnologias, independentemente dos governos.

Comuns são o futuro e não o passado. E o futuro não é um lugar para o qual nos dirigimos, mas um que estamos criando. Não encontramos caminhos para o futuro. Nós os fazemos; e a atividade de fazê-los transforma tanto quem faz como o próprio destino.





Parte III.

direitos e poder: povos, territórios e defesa da mãe terra

15. Defender os direitos em risco

A Conferência Rio+20 se realiza em um período de múltiplas e graves crises do atual modelo de desenvolvimento. Esse evento poderia tornar-se um espaço para avançar na garantia dos direitos humanos; no entanto, existe o risco de um retrocesso no documento final da UNCSCD.

Acreditamos que a ideia da “Economia Verde para erradicação da pobreza” é uma etapa mais profunda do mesmo modelo de desenvolvimento que, além de não tratar o tema da desigualdade social e de não garantir os direitos humanos sociais e ambientais, comercializa dimensões fundamentais da natureza.

Denunciamos um retrocesso com relação às conquistas da Rio 92, os denominados princípios do Rio, tais como o “Princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o “Princípio da precaução”, o “Princípio do poluidor pagador”, que não estão suficientemente enfatizados no documento.

Ao mesmo tempo em que a ONU não garante mecanismos de monitoramento dos compromissos acordados e dos direitos conquistados em diferentes convenções e conferências, as corporações obtêm cada vez mais territórios e privilégios nas suas agências e programas. Isso ameaça o multilateralismo e põe em risco a capacidade de assegurar a universalidade e a gratuidade dos direitos.

Na Rio+20 não podemos aceitar um retrocesso com relação aos direitos já consolidados em convenções, tratados e resoluções internacionais, tais como: o direito dos povos indígenas, o direito à água, os direitos trabalhistas, os direitos das mulheres, os direitos à saúde sexual e reprodutiva, o direito à educação, o direito à soberania alimentar e os direitos dos migrantes, principalmente em um contexto de urgência relacionada com a mudança do clima.

Não é possível reconhecer somente os direitos humanos, sem provocar um desequilíbrio na Mãe Terra. Não se pode seguir falando em termos genéricos sobre os direitos humanos como se fossem um conjunto de conquistas plenamente compatíveis entre si, e cuja extensão/ampliação/defesa significassem necessariamente um avanço no caminho para a emancipação humana. Uma lógica de permanente expansão dos direitos humanos não é compatível com os direitos da Mãe Terra (se for efetivamente uma janela para outro padrão civilizatório, e não só uma consigna), é absolutamente necessário repensar de forma radical toda a tradição dos direitos humanos que, além do seu núcleo liberal, é profundamente antropocêntrica. Esperamos também que no processo da Rio+20 se construa uma visão de futuro em relação ao modelo de sociedade que queremos, e acreditamos que o reconhecimento dos direitos da Mãe Terra é um passo necessário para implantar uma mudança de paradigma para um novo modelo de sociedade justo e sustentável.



16. Os direitos da Mãe Terra abrem o caminho rumo a uma nova civilização

Ao longo dos séculos, nosso modo civilizatório se distanciou gradualmente dos grandes equilíbrios naturais capazes de proteger e gerar a vida no planeta. O mundo tornou-se de forma irreversível uma comunidade única de destino, interdependente e interligada, enquanto nossa forma de habitá-lo foi o de aprofundar a submissão e a destruição dos seres humanos e da natureza, impulsionado pela estrutura positivista das ciências modernas e da expansão capitalista. Este modo nos impôs uma lógica de competição e crescimento ilimitado, que separou o ser humano da natureza segundo uma perspectiva de dominação sobre a mesma. Os extremos vertiginosos onde este modo hoje nos levou, mostrando suas mais tangíveis expressões no fenômeno da mudança climática, dos danos ambientais irreversíveis, da desaparecimento entre 20% e 30% das espécies, de devastações ecológicas dos países ricos cinco vezes superiores a as que se podem tolerar, nos expõe a uma conjuntura sem precedentes: continuar pelo caminho da produção, da depredação e da morte, ou empreender o caminho para outro modo civilizatório sustentável, respeitoso da vida e reconciliado com a natureza.

A tarefa urgente, possível e necessária de buscar outro caminho civilizatório no limiar do século XXI é a de forjar um sistema capaz de passar de uma ordem patriarcal e escravista da natureza, fundado em uma visão reducionista e separatista das relações entre a natureza e os seres humanos, a um sistema capaz de restabelecer as relações complexas e harmoniosas entre eles, integrando-se no amplo ciclo da Mãe Terra.

O primeiro passo desta tarefa é profundamente filosófico: necessitamos renovar nossa visão da humanidade para situar as atividades humanas dentro do contexto mais amplo da Vida e da Mãe Terra. Como seres humanos, somos somente uma parte desta matriz interdependente que nos dá fonte de vida, nos integra e nos abre os horizontes de um destino comum planetário em relação indivisível, complementária e espiritual com os demais seres vivos. Cada ser, cada ecossistema, cada comunidade natural, espécie e outras entidades naturais, se definem por suas relações como parte integrante da Mãe Terra. Essa é a fonte de vida, alimento, ensinamento, de onde provém tudo o que necessitamos para um bem viver justo e equilibrado.

O segundo passo para avançar em um novo modo civilizatório reside em assentar as novas bases e princípios éticos capazes de orientar a inserção das atividades humanas dentro e com o sistema Terra. O processo da Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra organizado na Bolívia, em abril de 2010, enunciou sete lineamentos éticos:

- Harmonia e equilíbrio entre todas as pessoas e com elas;
- Complementaridade, solidariedade, e equidade;
- Bem estar coletivo e satisfação das necessidades fundamentais de todas as pessoas em harmonia com a Mãe Terra;
- Respeito aos direitos da Mãe Terra e aos Direitos Humanos;
- Reconhecimento do ser humano pelo que é e não pelo que tem;
- Eliminação de toda forma de colonialismo, imperialismo e intervencionismo;
- Paz entre os Povos e com a Mãe Terra.

Esses princípios afirmam que os bens e serviços são requeridos para satisfazer as necessidades de sua população, mas supõe que os modos de produção de tais bens, que combinam entre si medidas financeiras, tecnológicas, de adaptação, de desenvolvimento de capacidades, de padrões de produção e consumo, não podem ser de desenvolvimento destrutivo nem ilimitado, a custa de outros Povos.

No centro desses princípios, surge a ruptura de assumir de forma concreta e imediata a Mãe Terra e os seres vivos como sujeitos de direitos, sustentando que somente pode haver equilíbrio com a natureza se houver equidade entre os seres humanos. Consequentemente, em um sistema interdependente, não é possível reconhecer direitos somente aos seres humanos sem provocar um desequilíbrio no planeta. Reciprocamente, para garantir os direitos humanos é necessário reconhecer e defender os direitos da Mãe Terra e de todos os seres que a compõem, os direitos de um sendo limitados pelos direitos de outros e os conflitos entre os direitos abordados de maneira que mantenham a integridade, equilíbrio e saúde da Mãe Terra. Assim como os seres humanos têm direitos, todos os demais seres também os têm e são específicos à sua condição existencial e evolutiva dentro das comunidades nas quais existem: o direito à vida e a existir, a ser respeitado, à regeneração de sua dupla capacidade e continuação de seus ciclos e processos vitais, a manter sua identidade e integridade como seres diferenciados, autorregulados e inter-relacionados.

Cada ser tem o direito a desempenhar seu papel na Mãe Terra para seu funcionamento harmônico, beneficiado de direitos fundamentais como o direito à água, ao ar limpo, à saúde integral, a estar livre de contaminação, poluição e dejetos tóxicos ou radioativos, sem alterações genéticas e modificações em sua estrutura ameaçando sua integridade; a uma restauração completa das violações causadas pelas atividades humanas.

Reconhecer esses novos lineamentos éticos subjacentes aos direitos da Mãe Terra leva também a reconhecer um conjunto de novas visões e responsabilidades, vertebrado desde o nível mais individual e subjetivo até o nível das instituições internacionais e normas regulatórias. Como seres humanos somos todos sujeitos protagonistas para viver em harmonia com o planeta e com a transição civilizatória que implica. Por isso é necessário esforçar-nos, promover e participar na aprendizagem, na análise, na interpretação e comunicação sobre como viver em equilíbrio com a Mãe Terra. Neste sentido, chamamos a construir um movimento mundial dos Povos pela Mãe Terra, que se baseará nos princípios de complementaridade e respeito à diversidade de origem de seus integrantes, constituindo-se em um espaço democrático de coordenação de ações a nível mundial.

A responsabilidade dos novos sistemas econômicos e regulatórios é determinante. Esses últimos devem ser capazes de fortalecer os direitos e o respeito de todos os seres existentes, quaisquer sejam suas culturas, tradições e costumes. Por tanto, abordar o bem estar humano, sua medição e expressão nos sistemas econômicos, significa de forma inseparável abordar o bem estar da Mãe Terra, agora e para as gerações futuras. É por isso que expomos aos povos do mundo a revalorização dos conhecimentos, sabedorias e práticas ancestrais dos povos indígenas, afirmados na vivência de um bem estar enraizado no conceito de “Bem Viver”. Da mesma forma, as economias devem estabelecer medidas de precaução e restrição para prevenir que as atividades humanas conduzam à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou alteração dos ciclos ecológicos. Como corolário deve garantir que os danos causados por violações humanas dos direitos inerentes a Mãe Terra sejam expostos e que os responsáveis prestem contas para restaurar a integridade e a saúde da Mãe Terra.

Todos esses princípios aspiram a orientar a emergência de uma nova ordem regulatória da vida internacional mediante a criação de normas e leis dentro da esfera dos Estados, de todas as instituições públicas e privadas, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas.



17. Clima

Lembremo-nos de que durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente – celebrada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 – surgiram três importantes acordos. Um deles foi a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (em sua sigla em inglês UNFCCC), na qual foram estabelecidos os princípios básicos para que os Governos agissem e enfrentassem a mudanças do clima.

A Terceira Conferência das Partes -COP3- da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada em 1997 propiciou a adoção, por parte dos Governos, do denominado “Protocolo de Kyoto” que, entre outras questões, procurava reduzir as emissões dos gases efeito estufa (reduzindo ao menos 5% em média as emissões de poluentes entre os anos 2008 e 2012, sendo tomados como valores referenciais os níveis de 1990) mediante o compromisso dos países do Anexo 1; no entanto, apesar de muitos países industrializados terem assumido esse compromisso, outros não o fizeram.

Em 2007, em seu quarto relatório, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC em sua sigla em inglês) manifestou a urgência de reduzir as emissões de forma drástica antes do ano 2015, a fim de evitar que a temperatura aumentasse em mais de 2°C, já que esse



18. Recuperar o direito à água e seu uso sustentável e equitativo

Nos últimos anos, a crise social e ambiental se acentuou. Um dos seus aspectos é a falta de acesso à água potável em quantidade e qualidade adequadas segundo os critérios reconhecidos na resolução da ONU sobre o direito à água e saneamento. A comunidade internacional está ainda muito longe de alcançar os objetivos definidos nas diretrizes da Rio 92 em relação ao acesso universal à água. Além disso, a escassez social da água está amplificando as profundas desigualdades econômicas, sociais e culturais, em consequência do sistema econômico vigente. As alternativas de privatização de serviços de água potável e saneamento, que foram apresentadas nos anos noventa como solução para acelerar o acesso à água, se revelaram inadequadas para tratar uma questão que requer investimentos públicos e gestão baseados no interesse geral, com controles sociais e democráticos.

Recordamos que a água é um dos Comuns essencial para a vida, e se encontra na origem dos sistemas culturais e éticos dos povos. Esse aspecto fundamenta a promoção de uma cultura da água que enfatize os valores éticos, os aspectos culturais e a cosmovisão dos povos originários e tradicionais. Acreditamos que a defesa do direito à água é um fator fundamental para a união dos movimentos sociais. Expressamos também nossa preocupação com os conflitos existentes e potenciais entre povos, causados pelo controle da água que prejudica ainda mais os desfavorecidos. E reclamamos a ampliação dos conhecimentos sobre essa temática através das redes independentes de informação e a educação cidadã no seio das sociedades civis nacionais e internacionais, mediante campanhas articuladas.

Neste contexto:

- Reafirmamos nossa luta pelo direito à água e contra a sua privatização ou apropriação indevida em detrimento da livre circulação para a alimentação dos povos, de forma conjunta com a luta por um ambiente são e sustentável.
- Defendemos a adoção de políticas públicas integradas a nível local, nacional, regional e internacional, necessárias para garantir a equidade de acesso e distribuição, a partir de uma ética de preservação do recurso, do seu uso racional e de equidade social.
- O controle social sobre os Comuns que é a água, no sentido amplo, é um corolário dessas ditas políticas.
- Denunciamos os processos de dessalinização da água do mar, que não respeitam o princípio de precaução frente a tecnologias ambientalmente insustentáveis.

19. A saúde é um direito e não pode ser uma fonte de lucro

Em muitos países, os sistemas de saúde se transformam através da privatização e da mercantilização terminando por agravar as desigualdades sociais internas que afetam os setores mais vulneráveis. Em nível mundial, a busca constante dos ganhos de produtividade exacerbada pela crise dos mercados financeiros e das multinacionais de saúde e de medicamentos, tem servido de pretexto para avançar na destruição dos sistemas públicos de saúde. Além de ter provocado uma degradação no estado de saúde no trabalho (a OIT indica 160 milhões de

casos novos de enfermidades profissionais a cada ano no mundo) e gerar uma crise sistêmica da saúde sem precedentes em todos os continentes.

Propomos avançar sobre o conceito de um sistema de saúde universal garantindo acessibilidade e qualidade sanitária, em torno de três princípios:

- A construção de uma “saúde sem fronteiras”, desde o âmbito dos sindicatos e movimentos sociais, para ir rumo a um sistema alternativo de proteção social internacional, baseado na existência de direitos econômicos, sociais, cívicos e políticos inseparáveis.
- A busca de uma democracia sanitária, promovendo o controle e uma investigação independente e a determinação das necessidades de saúde pelo povo e por profissionais, com corresponsabilidades do Estado.
- A promoção de uma verdadeira política de prevenção de riscos na saúde ocupacional, adequada a condições legais e de trabalho para os profissionais da saúde, assim como uma formação profissional que lhes permita assegurar a qualidade da atenção e do tratamento.



20. A construção de cidades sustentáveis

O mundo está se urbanizando rapidamente. Hoje mais da metade da população mundial vive em cidades; na América Latina chega a 80% da população. Essa transformação demográfica altera profundamente o modo como o mundo é governado. As cidades tornaram-se as unidades básicas de gestão do território e da sociedade.

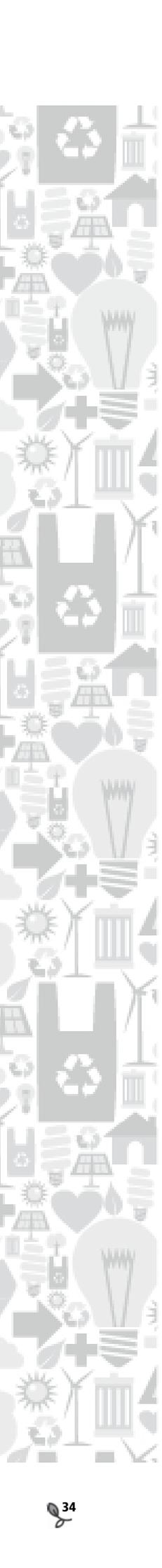
O desafio da Rio+20 está na definição dos processos decisórios para a sua implementação, dada a inoperância dos mecanismos multilaterais de gestão. Siglas como FMI, BM, OMC não estão à altura desta responsabilidade. A própria ONU, parceira indispensável das mudanças, encontra-se profundamente fragilizada.

A impotência da governança internacional frente à crise financeira apenas reforça essa compreensão. Os problemas são planetários, mas a sua gestão está fragmentada nas mãos dos 193 governos dos países existentes. É a governança que temos, em consequência, as grandes políticas deverão se traduzir nos planos nacionais. Com isso, a Rio+20, mais do que reafirmar ou atualizar compromissos globais, deverá traçar o roteiro para que os governos apresentem suas diferenciadas respostas aos desafios.

As políticas nacionais, por sua vez, terão de se apoiar nas cidades. Ao evoluirmos do “o quê fazer” para o “como fazer”, as cidades passam a desempenhar um papel especial. Basicamente, é neste nível que as populações podem participar mais e de maneira organizada da resolução dos seus problemas e na construção da qualidade de vida, segundo os desafios concretos que enfrentam. Os desafios podem ser planetários, as políticas precisam ser nacionais, mas as realizações devem, ao fim e ao cabo, mudar os equilíbrios ambientais e a qualidade de vida nos locais onde as populações podem se organizar em torno aos seus objetivos.

O tradicional tripé da sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável precisa claramente ser complementado pela dimensão democrática e participativa nas políticas. É um direito das pessoas construir socialmente o seu destino. A cidade, com seu entorno rural, constitui o espaço por excelência do processo democrático de decisão. É o nível em que as pessoas enfrentam desafios comuns, podem conhecer-se umas às outras, reunir-se, assegurar a eficiência dos programas nacionais. Podem organizar parcerias entre iniciativas públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil.

A apropriação das políticas pelas populações interessadas constitui o principal fator do seu sucesso, pois as transformações que o planeta exige precisam se enraizar nas condições concretas de vida das pessoas. E, para isso, novos instrumentos de participação e controle social devem estar associados aos desafios que temos para processar as mudanças necessárias no atual paradigma de desenvolvimento.



Em cada cidade encontramos situações de pobreza crítica, e os programas sociais correspondentes precisam identificar cada família, seu local de residência, analisar situações diferenciadas e as medidas necessárias. As políticas de saneamento básico, de destino final de resíduos sólidos, de recuperação de solos, de democratização de acesso às políticas sociais, de articulação da cidade com o seu cinturão verde, de construção sustentável, de arborização, de segurança, de comunicação local, de mobilidade, de educação ambiental, de esporte e tantas outras passam, inevitavelmente, por políticas locais integradas. As pessoas querem viver melhor. Mobilizar o anseio das comunidades por uma vida melhor é essencial para que as políticas de sustentabilidade tenham lastro e profundidade. É necessário reduzir o êxodo rural e impor limites ao crescimento das cidades, trabalhando com modelos de maior dispersão ao invés de hiper-centralização.

Vivemos em um mundo conectado, onde quase todas as cidades estão ligadas pela internet, ou estarão no decorrer desta década. Isto significa que a gestão da sustentabilidade já não se limita a pirâmides verticais de autoridade. Cidades em rede estão aprendendo umas com as outras, consórcios intermunicipais, comitês de bacias hidrográficas, redes de municípios com vocações semelhantes ou complementares estão se organizando nos países e no plano internacional. Com a conectividade atual, já não se discute sobre municípios mais ou menos viáveis, pois a viabilidade econômica depende diretamente das articulações que se formam. A multiplicidade dos poderes locais no planeta não constitui um problema, e sim uma oportunidade de gerar um processo colaborativo planetário de territórios articulados.

As cidades constituem a unidade básica de gestão social e o elo chave da articulação política. Em inúmeros países, os prefeitos estão organizados em redes, federações, entidades regionais, nacionais e internacionais. Constituem um interlocutor essencial para a definição das políticas. A participação efetiva das cidades na Conferência Rio+20, através das suas formas de representação – governamental e não-governamental - é essencial para que os desafios que se manifestam no plano local das políticas aflorem nas discussões e nas decisões finais.

Para isso, a ONU e os governos nacionais devem: promover políticas de financiamento descentralizado e direto aos poderes locais para projetos de sustentabilidade; avançar na implementação de sistemas de governança participativa, com instrumentos efetivos de transparência, controle social e de deliberações democrático-participativas; fortalecer a representação das autoridades locais no conjunto do sistema multilateral de decisão; reforçarem a organização de um sistema facilitador de intercâmbio científico e tecnológico visando à aprendizagem das cidades, umas com as outras, na construção de políticas de sustentabilidade; orientar a dinamização de políticas nacionais e regionais de formação de quadros em desenvolvimento local integrado e sustentável; adotar (e apoiar a sua implantação em escala mundial) sistemas locais de indicadores sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais que mensurem a qualidade de vida nas cidades; e disponibilizar informações por meio de plataformas abertas, promovendo e apoiando sistemas locais de informação e comunicação - uma cidadania informada é essencial para a construção de um processo sustentável de desenvolvimento e, para tanto, todos os atores devem ser envolvidos.

Na mesma direção, os governos devem: realizar gestão estratégica da ocupação do território com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais e garantia de qualidade de vida para todos os seres humanos; reconhecer diferentes modos de vida existentes no território e criar políticas para valorizar essa diversidade; atuar fortemente na adaptação às mudanças climáticas com foco na diminuição de vulnerabilidade e danos e na geração de impactos positivos, priorizando as medidas que têm co-benefícios imediatos na saúde pública; e promover políticas de direito à cidade sustentável e democrática, evoluindo de políticas setoriais de direito à moradia para políticas de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliada com a eliminação da pobreza, promoção da inclusão social, diminuição das desigualdades, promoção à saúde através de práticas de atividades físicas e esportivas e incentivo à inovação (tecnológica, de gestão e de governança participativa nas cidades).

Mas os governos devem, acima de tudo, comprometer-se com a construção de cidades sustentáveis e democráticas através de:

- Induzir a formulação de políticas de desenvolvimento urbano que tenham o direito à cidade, a sustentabilidade e a democracia como valores centrais.
- Incentivo à formação de sistemas integrados de cidades, nas escalas nacional, regional e municipal;
- Implantar sistema de indicadores técnicos sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais para mensurar a qualidade de vida, garantir a transparência das informações públicas e proporcionar o monitoramento da sociedade sobre as políticas públicas;
- Constituir sistemas permanentes de consulta popular e de indicadores de percepção, de modo que os sentimentos e as prioridades das populações e comunidades sejam devidamente consideradas na elaboração das políticas públicas e dotações orçamentárias;
- Instituir legislação que estabeleça Planos de Metas para cada gestão, baseados em indicadores e articulados aos Planos Diretores, em todos os municípios;

- Criar e implantar políticas para os diferentes tipos de cidades, particularidades e formas de ocupação existentes no território;
- Fomentar a instalação de estruturas participativas de governança metropolitanas e de revitalização de centros urbanos;
- Garantir amplo acesso à educação, ao esporte e à cultura para crianças, adolescentes e jovens, promovendo a formação profissional, o desenvolvimento pessoal e a capacidade de reflexão sobre os valores que orientam a vida em sociedade com preservação e recuperação da natureza;
 - Promover a integração e articulação de políticas de habitação, saneamento, mobilidade, adaptação às mudanças climáticas, proteção de mananciais, promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano;
 - Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde;
 - Implementar políticas nacionais de regularização urbanística e fundiária e das favelas e outras formas de ocupações;
 - Aprimorar mecanismos de financiamento, subsídios e arranjos institucionais para suprir déficits e garantir inclusão e acesso a cidades saudáveis;
- Criar políticas de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento;
- Ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes, foco especial nas cidades com processos acelerados de crescimento e expansão e resíduos provenientes da construção civil;
- Implantar programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão dos catadores e cooperativas;
- Orientar e estruturar o crescimento e mobilidade nas cidades, visando sistemas adequados aos diferentes tamanhos e tipos de cidades existentes no território;
- Incentivar a bicicleta como meio de transporte e criar condições para seu uso seguro (ciclo faixas, ciclovias, ligações intermodais);
 - Descentralizar a gestão energética e promover o estabelecimento de diretrizes e legislação local que incentive a utilização de energias renováveis e os ganhos progressivos de eficiência energética;
 - Desenvolver políticas para a substituição da matriz energética baseada no petróleo, incentivar a adoção dos combustíveis mais limpos, priorizar o transporte público no sistema viário das cidades e estabelecer limites de emissões de poluentes segundo a Organização Mundial da Saúde;
 - Dar ampla visibilidade às boas práticas de sustentabilidade urbana já implantadas nas mais diversas áreas em muitas cidades do mundo, promovendo a socialização das experiências, tecnologias e processos para todas as cidades do planeta;
 - Promover a educação para a cidadania, engajando escolas públicas e privadas em programas sobre políticas públicas e democracia;
 - Viabilizar políticas públicas em defesa da fauna e flora urbanas.



21. Os migrantes devem ser cidadãos do século XXI

Os migrantes, majoritariamente mulheres, são portadores do direito de todas as pessoas de viver, transitar, residir e trabalhar dignamente no planeta. É por isso que é urgente afirmar que a migração é consubstancial ao ser humano e que os muros não são sustentáveis.

A globalização neoliberal impõe políticas migratórias que incluem a alguns e excluem a muitos. Isso revela um conflito, de fato, cada vez mais agudo e do qual os migrantes são o mais evidente indicador. Esse conflito se expressa entre o surgimento do Estado demarcado no interesse nacional, por um lado, e a busca de uma nova soberania a nível mundial para lograr o irrenunciável respeito dos direitos humanos para todos, por outro. Os migrantes são um indicador desse conflito e das necessidades de mudança para a humanidade em tempos de crescente vinculação dos povos e sociedades. Eles evidenciam a necessidade objetiva de redesenhar as políticas migratórias como parte das mudanças urgentes da governança mundial, o qual implica enfrentar a tarefa de superar o atraso institucional do Estado e definir novos critérios de identidade, pertinência e cidadania.

Essa necessidade torna-se ainda mais urgente já que a numerosa massa migratória, expressão de fenômenos estruturais históricos, é manipulada pela corrupção das instituições públicas e “a indústria” da

migração, que segundo estimativas, move entre 15 e 30 bilhões de dólares anuais (segundo maior gerador de recursos ilegais no mundo). É o grande negócio, que se baseia no desespero humano, cujas vítimas, estimadas em até dois milhões de pessoas ao ano, buscam compulsivamente encontrar o país de destino como única possibilidade de sobreviver ou melhorar sua vida.

Converter as fronteiras em espaços de encontro e humanização dos fluxos e intercâmbios migratórios é a única alternativa viável frente às crescentes ameaças à segurança e convivência. Essa conversão das fronteiras somente pode ter sentido para o redesenho da governança se tiver como horizonte programático a construção gradual de grandes áreas geográficas culturais de livre circulação, residência e trabalho, ou seja, espaços de integração regional em grandes blocos de países.

Os migrantes, apesar das discriminações que sofrem cotidianamente, exercem uma cidadania ampliada em seus países de origem e destino. São o protótipo de um “cidadão regional”, realidade emergente e horizonte normativo em muitos dos espaços geográficos e culturais que se têm constituído nos últimos anos. Os migrantes continuam sendo membros de sua sociedade de origem e, simultaneamente, são também membros de fato da sociedade de residência. Trata-se de identidades e pertinências que não deixam de ser uma para passar a ser outra, mas que se somam, agregam e ampliam. Essa ampliação concreta da cidadania a uma dupla pertinência constitui o fundamento potencial, viável, de uma cidadania mais ampla, regional e mundial.

É necessário, portanto, homologar e homogeneizar gradualmente as normas e construir uma institucionalidade comum aos países do espaço integrado, a partir da diversidade de instrumentos existentes, que faça efetiva a cidadania regional, reproduzindo esse padrão em todas as dimensões da cidadania que se façam necessárias (formação e capacitação profissional, validação de títulos, direitos políticos e laborais, etc.).

Ainda que se afirmem direitos trabalhistas dos migrantes no espaço regional, os fatos demonstram violações cotidianas desses direitos, debilitando o conjunto do sistema democrático, e engendrando exclusões e ressentimentos que agravam a estabilidade social. É por isso que se deve permitir que os migrantes e suas famílias possam exercer, em igualdade plena de condições e oportunidades com a população local, todos os direitos e responsabilidades econômicos e sociais e possam ter acesso à saúde, educação, moradia, segurança social, e lazer, sem discriminações.

Para fazer da migração uma riqueza cultural para a humanidade, requer-se fortalecer as capacidades pluri e interculturais e rejeitar o racismo e a xenofobia como expressão do atraso na consciência da humanidade. No cotidiano, os fluxos migratórios estão desenhando um mundo novo e de todos, mudando de fato a forma de pensar e viver a cultura em uma crescente pluri identidade da humanidade. É por isso que deve proclamar em todos os níveis e espaços da sociedade, explícita e inequivocamente, que todas as formas de racismo e intolerância cultural são formas de degradação humana. Por isso, deve assumir-se o princípio da “unidade na diversidade” como pilar fundamental em torno da qual as identidades particulares entrem intactas ao encontro das outras.



22. As organizações e redes da sociedade civil

Entre os novos atores que têm emergido nos últimos anos, as organizações e redes da sociedade civil têm um papel significativo. A incidência no âmbito global desses novos atores tem sido possível graças à sua capacidade para responder aos múltiplos problemas econômicos, sociais e ambientais de comunidades e organizações em diversas regiões do mundo, formando redes e foros nos âmbitos nacionais e internacionais, integrando demandas específicas de grupos em agendas amplas referidas a valores universais como os direitos humanos, a igualdade e diversidade, a democracia e os Comuns.

Neste contexto, mais além das reivindicações temáticas (enfocadas nos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes e dos povos indígenas, na luta contra o HIV, contra o racismo, pelo comércio justo e na agroecologia, por exemplo), as associações ou plataformas de organizações não governamentais desempenham um papel político relevante, afirmando a legitimidade dessas organizações como promotoras de transformações sociais na perspectiva da justiça social e ambiental.

Cada vez mais, essas organizações adotam a perspectiva da defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e ambientais, passando a exigir dos Estados e agências multilaterais políticas públicas capazes de garantir sua integridade. Cada vez mais, além de empreender experiências

inovadoras nas áreas social, política e econômica, as organizações da sociedade civil se articulam em movimentos de cidadania global pela democracia e pela justiça social e ambiental.

Por eles as organizações e redes da sociedade civil defendem:

- O direito de associação e de expressão;
- O direito de acesso por vias legítimas a recursos públicos e privados, em um marco jurídico seguro;
- A participação social na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, incluindo as políticas externas dos países e as políticas das agências multilaterais;
- A ampliação do financiamento para a promoção da democracia, a justiça social e ambiental e a cooperação internacional, incluindo novos mecanismos de taxação das transações financeiras e das grandes fortunas.
- O fim da chamada ajuda atada e das condicionalidades nas políticas de cooperação internacional.



23. Uma governança mundial e uma arquitetura do poder justa e democrática

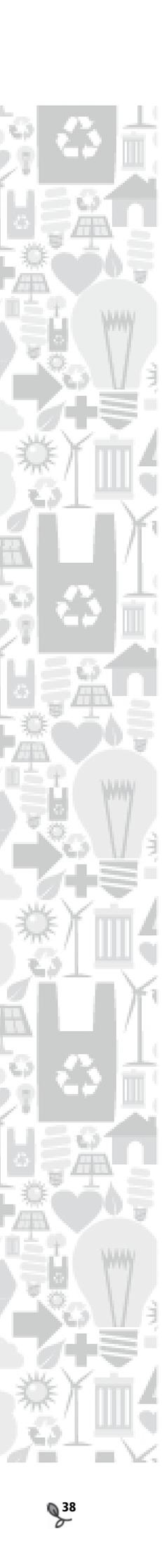
Chegamos a uma etapa histórica em que é urgente uma mudança profunda no sistema de governança. Não se trata somente de uma mudança institucional, de criar um Conselho ou outra instituição para o desenvolvimento sustentável. Temos que mudar de paradigma e não seguir com visões obsoletas para responder aos novos desafios criando instituições baseadas num modo de governança já superado pela história.

Hoje, assim como no passado, a autodeterminação, soberania e a não discriminação entre os povos constituem pilares fundadores das relações internacionais. Toda reforma do sistema das Nações Unidas deve estar orientada a protegê-los, a reforçá-los e a exigir seu cumprimento. Para garantir esses princípios, a paz e a segurança mundial são condições imprescindíveis.

Não obstante, é necessário equilibrar esses imperativos com os novos princípios de governança que devem transcender fronteiras nacionais, exigindo de Estados, empresas e cidadãos/cidadãs, de maneira diferenciada e segundo suas possibilidades, responsabilidades individuais e coletivas. Esses princípios levantam novos requisitos em matéria de legitimidade da ação coletiva, de exercício da cidadania de acordo com o respeito aos direitos humanos e de resolução das tensões entre o local, o nacional e o mundial.

Construir uma nova governança não é somente uma questão institucional. Qualquer proposta e desenho de governança dependerão da ação e mobilização de grandes majorias de pessoas, atores, movimentos e povos. Essa é a questão decisiva. A arquitetura de uma governança cidadã solidária e justa deve repousar sobre sólidos pilares éticos e filosóficos. Deve também apoiar-se em uma nova economia orientada por uma justiça social e ambiental. Trata-se de um conjunto complexo e articulado entre fundamentos éticos, economia e política onde cada dimensão depende da outra e se reforçam reciprocamente. É necessário inventar juntos as respostas aos desafios do presente, enraizados nos contextos de cada um, de cada povo. Isto implica reconhecer as diferentes sabedorias presentes em todos os continentes, em todos os povos, sem pretender que somente uma seja a referência indiscutível. Os fundamentos de uma nova governança devem ser elaborados com espírito crítico e democrático.

É evidente que a governança das relações entre os Estados, regulada pelo sistema das Nações Unidas depois da Segunda Guerra Mundial e do período de descolonização posterior, já não responde aos desafios do presente. Os Estados como entes reguladores e organizadores da sociedade, além das suas limitações, sofrem os embates dos poderes econômicos e políticos transnacionais que buscam diminuí-lo, enquanto os povos ainda vêm neles e em sua defesa um instrumento de regulação



desses poderes e de garantias dos direitos cidadãos.

Um Estado respeitoso dos direitos dos cidadãos é condição de institucionalidade democrática do poder. Mas é necessário repensar a noção de Estado-nação dominada por fronteiras, já que não reflete a diversidade étnica e cultural dos povos e é cada vez mais recorrente a noção de Estado Plurinacional. Os fluxos migratórios, financeiros, comerciais, Internet, etc. sobre passam os limites territoriais dos Estados e é preciso pensar no papel do Estado independente do marco geográfico, o que não é fácil dado o peso histórico das fronteiras.

O Estado cumpre um rol ambivalente. É necessário para a regulação da governança, principalmente no espaço nacional, mas também desempenha um papel fundamental na elaboração de respostas a desafios globais. Olhando em perspectiva, a médio e longo prazo, a forma de Estado que teve um papel importante, por exemplo, durante a fase de descolonização, já está se diluindo e é indispensável pensar em sua transformação.

Os sistemas de representação vigentes não correspondem às exigências de uma participação ativa. O prioritário é potencializar a participação implantando sistemas de informação transparentes e mecanismos de consulta abertos para que a tomada de decisões seja eficaz. Mas trata-se de ir mais fundo. É preciso radicalizar a democracia, tanto das instituições estatais como da sociedade em seu conjunto. Assim, progressivamente, se irá transformando o Estado e os sistemas de representação repensando novas instituições políticas.

A crise da democracia atual é principalmente um questionamento do papel das elites e de como elas se têm construído historicamente. Mas além destes questionamentos, o que necessitamos é inventar novos sistemas de organização dos sistemas políticos que permitam que a democracia se aprofunde, nos quais os cidadãos sejam os atores principais, os responsáveis legítimos, e as instituições sejam transparentes e eficazes. Isto não é somente uma questão de engenharia política. É algo mais profundo, que tem a ver com os fundamentos éticos capazes de sustentar os novos modos de vida em sociedade que se requerem neste início de terceiro milênio.

Cabe destacar um pilar fundamental da nova arquitetura do poder mundial. Trata-se de localizar e territorializar ao máximo possível a economia e o poder já que a cidadania se realiza plenamente em um território cidadão. É tendo como base a interdependência do local e o mundial que o princípio de subsidiariedade é fundamental. Consideremos, por exemplo, a questão climática. É evidente que se trata de uma questão planetária que requer uma governança mundial. Entretanto ela não funcionará sem um compromisso efetivo da cidadania em seus territórios. O mesmo se poderia dizer da urgente regulação do sistema financeiro e monetário. O território é a unidade específica da reação entre a sociedade e a natureza, entre os cidadãos e o mundo.

A nova arquitetura do poder vai se construindo simultaneamente em duas grandes escalas: a local, territorial, e a mundial, referida não somente ao interestatal, mas, sobretudo aos novos espaços transnacionais e mundiais. É no local onde se desempenha a vida cotidiana das pessoas, e é no mundial onde se decidem cada vez mais as políticas que afetarão essa vida cotidiana. Por isso é preciso ao mesmo tempo propor e concretizar mudanças da governança a escala local e mundial. Há uma relação dialética entre essas duas grandes dimensões da governança.

Existe também uma dimensão intermédia. Entre o local e o mundial está o regional. Esse espaço foi tomando corpo progressivamente e organismos continentais desempenham também um papel importante na arquitetura da governança. Em geral, esses organismos regionais reproduzem esquemas de regulação que respondem a interesses de grandes Estados e corporações, entretanto, constituem também espaços em disputa. É indispensável apoiar instâncias regionais, intermediárias entre os Estados e o mundo, como meios para reforçar as articulações de territórios, organizações e atores sociais que buscam se fortalecer frente aos poderes estatais e as corporações transnacionais.

É por isso que a construção de uma nova arquitetura deve privilegiar os mecanismos de baixo para acima, sem dar por satisfeita que as agrupações regionais existentes, tais como o MERCOSUL, a ASEAN, a União Europeia, a União Africana, a UNASUR, etc. construídas principalmente por acordos interestatais, sejam as formas definitivas de regulação de acordos regionais comerciais ou políticos. Progressivamente vão surgindo novos espaços: os fóruns sociais, as assembleias cidadãs, as coordenações entre cidades, por exemplo, constituem formas de articulação entre territórios a escalas locais, ao interior dos países, e em escalas regionais, subcontinentais e, inclusive, em escalas multirregionais ou multicontinentais. Uma articulação de territórios, sociedades civis, cidades a escala mundial constitui um horizonte que se vislumbra, mas permanece ainda distante.

No espaço dos grandes organismos que procuram regular hoje a governança mundial, existem dois grandes grupos de atores: os conjuntos geopolíticos: G8, G20, OECD, BRICS, que se auto atribuem poder e são os atores mais poderosos, sem seguir todos as mesmas políticas diante das crises atuais; e a ONU e suas conferências intergovernamentais.

Os conjuntos geopolíticos, principalmente o G8, apoiados pelo FMI e a OTAN, deslegitimam o papel da ONU e impõem suas políticas em nível mundial. A profundidade das crises e seu ritmo recorrente



ORGANIZADOR

PATROCINADOR



www.dialogos2012.org